

Sumário

Composição da CDHM	2
Equipe da CDHM.....	5
2017: CDHM em números	6
Produção legislativa.....	7
Emendas ao orçamento.....	9
Audiências públicas e seminários realizados	10

Composição da CDHM

Em 31/12/2017

Presidente: [Paulão](#) (PT/AL)

1º Vice-Presidente: [Erika Kokay](#) (PT/DF)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares		
 <p>Arnaldo Jordy PPS/PA (Gab. 506-IV)</p>	 <p>Daniel Coelho PSDB/PE (Gab. 813-IV)</p>	 <p>Delegado Éder Mauro PSD/PA (Gab. 586-III)</p>
 <p>Delegado Waldir PR/GO (Gab. 645-IV)</p>	 <p>Erika Kokay PT/DF (Gab. 203-IV)</p>	 <p>Iracema Portella PP/PI (Gab. 924-IV)</p>
 <p>Janete Capiberibe PSB/AP (Gab. 209-IV)</p>	 <p>João Marcelo Souza PMDB/MA (Gab. 639-IV)</p>	 <p>Luizianne Lins PT/CE (Gab. 713-IV)</p>

 <p><u>Major Olímpio</u> SD/SP (Gab. 279-III)</p>	 <p><u>Maria do Rosário</u> PT/RS (Gab. 312-IV)</p>	 <p><u>Mauro Pereira</u> PMDB/RS (Gab. 843-IV)</p>
 <p><u>Padre João</u> PT/MG (Gab. 743-IV)</p>	 <p><u>Pastor Luciano Braga</u> PRB/BA (Gab. 810-IV)</p>	 <p><u>Paulão</u> PT/AL (Gab. 366-III)</p>
 <p><u>Paulo Pimenta</u> PT/RS (Gab. 552-IV)</p>	 <p><u>Sóstenes Cavalcante</u> DEM/RJ (Gab. 560-IV)</p>	 <p><u>Walney Rocha</u> PEN/RJ (Gab. 575-III)</p>
<p>Suplentes</p>		



Adelmo Carneiro Leão
PT/MG (Gab. 231-IV)



Capitão Augusto
PR/SP (Gab. 273-III)



Celso Jacob
PMDB/RJ (Gab. 382-III)



Chico Alencar
PSOL/RJ (Gab. 848-IV)



Christiane de Souza Yared
PR/PR (Gab. 201-IV)



Creuza Pereira
PSB/PE (Gab. 662-IV)



Eduardo Bolsonaro
PSC/SP (Gab. 481-III)



Eros Biondini
PROS/MG (Gab. 321-IV)



Franklin
PP/MG (Gab. 627-IV)



João Daniel
PT/SE (Gab. 605-IV)



Lincoln Portela
PRB/MG (Gab. 615-IV)



Luiz Couto
PT/PB (Gab. 442-IV)

 <p><u>Luiza Erundina</u> PSOL/SP (Gab. 620-IV)</p>	 <p><u>Mara Gabrilli</u> PSDB/SP (Gab. 226-IV)</p>	 <p><u>Marcelo Aguiar</u> DEM/SP (Gab. 367-III)</p>
 <p><u>Nilto Tatto</u> PT/SP (Gab. 267-III)</p>	 <p><u>Patrus Ananias</u> PT/MG (Gab. 720-IV)</p>	 <p><u>Takayama</u> PSC/PR (Gab. 910-IV)</p>

Equipe da CDHM

Secretário Executivo:

Márcio Marques de Araújo

Secretária Executiva Substituta:

Clotildes Jesus Vasco

Equipe:

Andréia de Andrade Taborda
 Carlos Magno Zuqui Lisboa
 Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira
 Fernando Bola
 Lucas Assis Nascimento
 Leonardo Barreiros Aragão Santos
 Leonardo da Silva Santana
 Mariana Trindade Oliveira
 Pedro Luis Rocha Montenegro
 Simone Machado de Mendonça
 Tayla Post
 Ronilda Vieira Lopes

2017: CDHM em números

REUNIÕES DELIBERATIVAS – 11

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 26

SEMINÁRIOS – 02

ENCONTRO NAC. DE DIREITOS HUMANOS - 01

OUTROS EVENTOS – 03

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CONJUNTAS COM OUTRAS COMISSÕES

(Seminários e audiências públicas) - 07

DILIGÊNCIAS – 14

Produção legislativa

A CDHM aprovou seis projetos em 2017.

- PL-594/2015** FLAVINHO - Altera o artigo 31-A da Lei N.º 8.313, de 1991, que reconhece como manifestação cultural a música católica popular e a música sacra.
Parecer do Relator, Dep. Lincoln Portela, pela aprovação, aprovado em 31/05/17.
- PL-4333/2016** LAURA CARNEIRO - Acrescenta incisos ao art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para explicitar, entre as finalidades do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, o apoio às culturas indígenas, afro-brasileiras e de minorias e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, priorizando as tradicionais de origem local, raízes da cultura brasileira.
Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, aprovado em 31/05/17.
- PL-5559/2016** PEPE VARGAS - Dispõe sobre os direitos dos pacientes e dá outras providências. Este projeto de lei garante o tratamento igualitário a todos os pacientes que necessitam de atendimento médico, sem distinção de cor, gênero, raça, cor, religião, enfermidade, deficiência, orientação sexual ou identidade de gênero, origem nacional ou étnica, renda, de modo a provocar restrições em seus direitos.
Parecer da Relatora Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, aprovado em 16/08/2017
- PL-738/2015** JOÃO CAMPOS - Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal". Este projeto de lei tem como objetivo a alteração do Art. 41 da lei 7.210, inciso X, passando a vigorar com a seguinte redação: "A visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados, sendo uma vez ao mês no mínimo nos finais de semana". A lei de execução penal em seu artigo 41, inciso X, cita que "constituem direitos do preso, receber visitas de seu cônjuge, companheira, familiares e amigos". No entanto, esse direito tem sido restringido por agendamentos de visitas em certas unidades do sistema prisional no meio da semana. O PL aprovado na CDHM viabiliza e facilita as visitas, ao garantir que sejam realizadas pelo menos uma vez ao mês em fins de semana.
Parecer da Relatora, Dep. Mara Gabrilli (PSDB-SP), pela aprovação, aprovado em 13/09/2017.

PL-3071/2015 BENEDITA DA SILVA - Altera a Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) para acrescentar a "Violência Racial".
Parecer do Relator, Dep. Paulão (PT-AL), pela aprovação, aprovado em 29/11/17.

O referido PL altera a Lei 12.288/2010 para acrescentar a Violência Racial como violação dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos da população negra.

PDC-737/2017 PAULO TEIXEIRA - Sustenta a portaria nº 683, de 15 de agosto de 2017 do Ministério da Justiça que tornou nula a portaria nº 581, de 29 de maio de 2015 que demarca a Reserva indígena Jaraguá no estado de São Paulo. O PL busca assegurar os direitos dos indígenas residentes nessa reserva face à decisão do MJ que buscava reduzir drasticamente, por meio de portaria, as dimensões da mesma.

Parecer do Relator, Dep. Padre João (PT-MG), pela aprovação do PDEC 737/2017 e dos apensados PDC 743/2017, e PDC 764/2017, aprovado em 29/11/17.

Emendas ao orçamento

As comissões técnicas da Câmara dos Deputados têm a prerrogativa de apresentar, cada uma, quatro emendas coletivas ao Orçamento da União. Essas emendas devem incidir sobre as respectivas áreas temáticas e sobre ações já previstas no projeto de Orçamento da União, encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Estas foram as emendas aprovadas pelo plenário da CDHM, em 20/12/2017:

PROGRAMAS/AÇÕES	VALOR PREVISTO NO ORÇAMENTO PARA 2018	EMENDA PROPOSTA PELA CDH
Programa: Justiça, Cidadania e Segurança Pública. (Ministério da Justiça e Segurança Pública) 1. Ação: Prevenção à Violência e à Criminalidade.	R\$ 4.387.773,00	R\$ 50.000.000,00
Programa: Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo. (Ministério dos Direitos Humanos) 2. Ação: Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial.	R\$ 7.030.419,00	R\$ 50.000.000,00
Programa: Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. (Ministério dos Direitos Humanos) 3. Ação: Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.	R\$ 9.740.908,00	R\$ 50.000.000,00
Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Min. da Justiça e Segurança Pública) 4. Ação: Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados.	R\$ 9.608.020,00	R\$ 200.000.000,00

Audiências públicas e seminários realizados

Comissão dialoga com a sociedade para definir prioridades

Audiência Pública, realizada no dia 05/04, com a participação de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos debate uma agenda comum na área a fim de subsidiar a elaboração do plano de trabalho do colegiado.

Requerimento de autoria do Deputado Paulão

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



Ao todo, foram mais de 40 inscritos que puderam levar seus pleitos, denúncias de violações de direitos humanos, desde representantes de entidades de âmbito nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como também conselhos e associações estaduais e distritais.

A mesa do encontro, que atuou como facilitadora para abrir caminho aos movimentos sociais, contou com a vice-presidente da CDHM, deputada Erika Kokay (PT-DF); pelo secretário de Direitos Humanos, Participação e Cidadania do Estado de Minas Gerais e primeiro presidente da história da CDHM, Nilmário Miranda; a procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Deborah Duprat; o presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Darci Frigo; o presidente da Associação dos Juízes Federais, Roberto Carvalho Veloso; e o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, Everaldo Patriota.

O deputado Paulão celebrou o resultado da audiência, que contou, além dos presentes no plenário 2 do Anexo II, com alcance de mais de 30 mil pessoas por meio da transmissão online pela página da CDHM no Facebook. “Essa audiência será o início de uma gestão participativa, que construirá pontes com a sociedade civil e demais instâncias institucionais para enfrentar com firmeza os retrocessos pautados a partir do processo de ruptura da democracia que o país vive”, ressaltou o presidente da CDHM, garantindo a manutenção do colegiado como um espaço de resistência ao arbítrio e ao retrocesso em direitos.

CDHM promove debate sobre violência de gênero em presídios brasileiros

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu em 11/04 debate sobre um tema muitas vezes negligenciado: a violência de gênero contra as mulheres detentas nos presídios brasileiros. A iniciativa partiu de um requerimento da deputada Erika Kokay (PT/DF), vice-presidenta da CDHM.

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



O evento reuniu gestores públicos, militantes de movimentos que lutam por melhores condições no sistema penitenciário e autoridades do Poder Judiciário. Cerca de 60 pessoas acompanharam o debate no plenário, além das cerca de duas mil alcançadas pela transmissão em tempo real no Facebook da CDHM.

A secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, Sílvia Rita Souza, apresentou, na oportunidade, dados que comprovam as violações de direitos humanos nos presídios. De acordo com a servidora pública, 95% das mulheres detidas sofreram algum tipo de abuso ou violência, sendo que a maioria delas são negras e pardas; 30% delas não possuem condenação definitiva, e 36% não recebem visitas.

“Precisamos fomentar políticas penitenciárias estaduais para enfrentamento deste problema, e os parlamentares devem colaborar para a sensibilização dos gestores locais a respeito destas preocupações, disse Sílvia.

O crescimento do encarceramento de mulheres é superior ao de homens atualmente no Brasil, afirmou a coordenadora-geral de Promoção à Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Mara Fregapani Barreto. Apesar de a maioria dos estados terem comitês específicos para discutir políticas voltadas ao encarceramento feminino, a mulher é “desconstruída” no momento de sua detenção, tendo seus direitos específicos negados ao longo de sua prisão. “Necessitamos de capacitar as servidoras responsáveis pelo cuidado e segurança das mulheres encarceradas”, salientou.

A professora de Direito Penal e Processual do UniCeub, Carolina Costa Ferreira, compilou em três eixos as violências praticadas contra as mulheres no encarceramento: a física, mais visível, marcada por lesões corporais, falta de acesso a políticas de saúde, superlotação nos presídios e práticas de tortura contra presas que supostamente “violam” os códigos de ética impostos pelas forças de segurança; psicológica, que inclui a supressão de políticas e acesso a direitos, o não cumprimento das visitas íntimas,

revistas vexatórias, que humilham a mulher; e por fim as violências institucionais, que na forma de leis que não atentam para as especificidades das mulheres, bem como a falta de articulação de Executivo, Legislativo e Judiciário.

A irmã Petra Silvia Pfaller, coordenadora nacional para a Questão da Mulher Presa da Pastoral Carcerária trouxe sua contribuição baseada em 22 anos trabalhando na assistência nos cárceres. Petra mostrou imagens colhidas em presídios que mostram celas mal iluminadas, baratas ratos, falta de materiais básicos como absorventes. A irmã foi taxativa ao afirmar que “juízes são coautores das torturas que acontecem atrás das grades”, por serem coniventes com esta situação.

O deputado Paulão (PT-AL), presidente da CDHM, lembrou que o Brasil vem descumprindo de forma sistemática tratados internacionais de respeito à vida e de direitos humanos dos quais é signatário, ao negar direitos fundamentais às suas presas. Paulão propôs articular com entidades e demais parlamentares um pedido para realização de um indulto coletivo no Dia das Mães, garantindo direitos previstos em lei.

“Mulheres encarceradas sofrem com a culpa de não poder cumprir seus papéis de gênero na sociedade”, opinou a deputada Erika Kokay, lembrando que homens presos recebem visitas de suas esposas, mas quando mulheres são presas são abandonadas. “Há uma tendência fundamentalista a punir e colocar a mulher como subalterna, até mesmo na comparação com homens presos”, conclui a deputada, que a partir da audiência decidiu organizar diligências aos presídios do Distrito Federal para averiguação in loco das condições dos presos e presas.

No Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIFobia, CDHM realiza audiência sobre crimes de ódio

A diversidade foi a palavra de ordem no plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados no dia 17/05. Em que pese o ambiente institucional tumultuado, com fechamento de acessos para o cidadão comum, contrariando o apelido de “casa do povo” da Câmara, entidades e organizações da sociedade civil praticamente lotaram o recinto para acompanhar a audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) sobre crimes de ódio contra a população LGTBI.

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



A audiência foi fruto de uma articulação que envolveu entidades ligadas à luta por direitos dos LGBTI e a CDHM, resultando em um requerimento do deputado Paulão (PT-AL) para realização do debate. O evento teve início com uma homenagem à memória de Renildo José dos Santos, assassinado em Alagoas em 1994, após se declarar

homossexual. Os assassinos eram ligados a um fazendeiro que se sentia afrontado pela condição sexual de Renildo, e que como vereador havia denunciado desmandos do grupo político próximo ao mentor intelectual de sua morte.

Os expositores denunciaram que segmentos do próprio Congresso Nacional tem atuado como potencializadores do ódio contra as pessoas LGBTI. “Enquanto a pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia revela que a cada 25 horas uma pessoa LGBT é assassinada no Brasil, projetos que fomentam o ódio a quem não é heterossexual são apresentados na casa, como o Estatuto da Família, que não reconhece uniões fora dos padrões heteronormativos, o PL 198/2015, que torna crime hediondo a transmissão de HIV para outra pessoa, o que criminaliza os LGBTs, a retirada do direito à hormonioterapia, o conceito de cura gay e a criação do Dia do Orgulho Hétero”. Esse foi o tom da fala de Rafaelly Wiest, da Aliança Nacional LGBTI, e de Carlos Magno, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT).

Zezinho Prado, presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (CNCD/LGBT), lamentou o descaso do governo Temer, por meio do Ministério dos Direitos Humanos, que tem negado a participação da sociedade civil em eventos e se recusa a receber representantes do Conselho para tratar de políticas públicas.

A doutora Patricia Mannaro, secretária-geral da Aliança Nacional LGBTI, apontou o alto grau de LGBTIFobia nas escolas, levando inclusive à depressão e suicídio de estudantes. Segundo Patricia, a discussão de gênero nos currículos escolares seria fundamental para romper a cultura do ódio aos LGBTIs desde a infância. Outro argumento defendido por Patrícia foi que a equiparação das uniões homoafetiva e heteronormativa, já defendida pela Justiça, torna ilegal o Estatuto da Família.

LGBTIs seguem morrendo

Mais de 30 LGBTs foram assassinados entre janeiro e março no Brasil, tomando como base acervos de notícias, de acordo com o defensor regional dos Direitos Humanos do Distrito Federal, Eduardo Queiroz. Se levarmos em consideração a subnotificação, esse número pode ser ainda maior. Queiroz mencionou ainda o julgamento brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos do direito ao nome civil para pessoas trans, que segue sendo impossibilitado pela Justiça em muitos casos.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, lembra que a história de que o brasileiro é cordial não passa de fantasia, pois o Brasil nasceu sob o manto da violência, dentro do manto do estado-nação ocidental: branco, capitalista e urbano. Esse modelo favorece o banimento de conceitos de gênero e orientação sexual e gera um ativismo judicial a favor do conservadorismo

Comissão avalia proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), em conjunto com a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança

e do Adolescente, realizaram em 18/05 audiência pública para discutir medidas relacionadas proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Billy Boss / Câmara dos Deputados



A iniciativa do debate partiu da vice-presidenta da CDHM, Erika Kokay (PT-DF) e da deputada Maria do Rosário (PT-RS). O objetivo foi discutir estratégias no âmbito do poder público, dos conselhos de direitos para a implementação da Lei 13.431 de 04 de abril de 2017 que estabelece o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente vítima e testemunha de violência, e altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o ECA.

O evento foi realizado numa data simbólica, 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A audiência pública também propiciou a entrega da 7ª edição do Prêmio Neide Castanha, que homenageia personalidades e instituições que se destacaram na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, em especial dos seus direitos sexuais.

O início da audiência contou com a exibição de trechos do documentário “Vozes do Silêncio”, de Renata Libório, em fase de pré-produção, que conta histórias de mulheres vítimas da prostituição desde a infância, e que lutam para sair desta vida de opressões.

Entre os participantes da audiência, um dos temas mais citados para a formulação de políticas públicas adequadas para crianças e adolescentes é a participação dos próprios nas discussões de elaboração destes programas e projetos de lei, utilizando seus saberes e vivências em sua construção.

O papel da escola também foi reforçado como fundamental na identificação de vulnerabilidades de crianças e adolescentes para conscientizá-las dos perigos em volta da exploração sexual. “A retirada da discussão de gênero dos planos nacionais de educação, ação do Ministério da Educação, é um desserviço que abre caminho para a exploração sexual infantil”, afirmou o Dr. João Akira Omoto, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

CDHM realiza seminário sobre o sistema penitenciário

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu, no dia 07/06, o seminário “Sistema Penitenciário Brasileiro: Crises e Perspectivas”, debate que teve como finalidade apresentar propostas que solucionem a grave crise que se abate sobre o sistema penitenciário brasileiro, que se arrasta há muitos anos e que vem se agravando, com mais de 120 mortes dentro de complexos

carcerários apenas em 2017. A iniciativa do seminário partiu do deputado Luiz Couto (PT-PB), membro da Comissão.



Dividido em duas mesas, devido à complexidade do tema e da gama variada de argumentos a serem abordados, o seminário teve sua abertura com a fala do Padre Valdir Silveira, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, órgão vinculado à CNBB que trabalha buscando a ressocialização e melhores condições no sistema carcerário há décadas. Para o padre Valdir, o Legislativo brasileiro deve se debruçar novamente sobre a CPI do Sistema Prisional, que há dois anos elogiou a situação dos presídios no Brasil em que pese todas as denúncias de violações de Direitos Humanos. “Os presídios são centros de tortura e ainda assim foram exaltados por parlamentares. É preciso rever o que foi analisado em 2015. Além disso, tramitam no Congresso projetos de lei que tendem a aumentar ainda mais o encarceramento de um sistema que já não comporta mais tantos presos, explodindo os custos e os problemas. Isso tem que ser revisto.

Monique Cruz, pesquisadora da Justiça Global, lembrou que a guerra às drogas, fracassada em todo o mundo, é uma das responsáveis pelo encarceramento massivo no país. “Estamos acompanhando muitos casos em que as pessoas não conseguem provar que são apenas usuárias e acabam qualificadas como traficantes”. Monique destacou ainda que persistem em nossos presídios a detenção de travestis e transexuais em presídios masculinos.

Para o pesquisador do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Cristiano Maronna, o Legislativo brasileiro tem mentalidade encarceradora. O pesquisador entregou um caderno com 16 propostas para a redução do encarceramento e recomendou à CDHM o acompanhamento da situação dos usuários de drogas da região de São Paulo conhecida como “Cracolândia”, pois a ação da prefeitura municipal está internando à força os usuários em hospitais com características manicomiais.

A defensora pública e representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Alessa Pagan Veiga, apresentou uma pesquisa da instituição que visitou presídios de vários estados brasileiros e constatou problemas comuns a todos. Medidas como a padronização da gestão, alimentação do sistema com dados de guia de execução, e uma atenção maior dispendida aos familiares de detentos minimizariam alguns dos desafios mais graves.

Soluções consideradas “mágicas” para prevenção de crimes e definição de comportamentos devem ser repelidas por não trazerem nenhum elemento científico, aponta Paulo Maldos, vice-presidente do Mecanismo de Combate à Tortura, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Psicólogo de formação, Maldos

chamou de “absurdo” o PL 499, que estabelece a realização de exame criminológico com o intuito de determinar, identificar e prever condutas criminosas.

O perito José Ribamar Ribeiro e Lima, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, sugeriu a criação de comitês estaduais dos mecanismos como forma de denúncia e contenção da tortura generalizada que assola os presídios brasileiros. Segundo ele, “a Comissão de Direitos Humanos e Minorias deve se engajar no combate à privatização do sistema penitenciário”.

Encarceramento em massa e Estado de Exceção

O diagnóstico unânime dos expositores da segunda mesa do seminário foi apontar o encarceramento desenfreado como um dos problemas centrais do sistema penitenciário brasileiro. O advogado Fábio Tofic, do Instituto de Defesa do Direito à Defesa (IDDD), denunciou o abuso do instrumento da prisão provisória. “Há presos que ficam anos aguardando julgamento detidos, isso é inadmissível. O Poder Judiciário tem responsabilidade grande nessa questão. Precisamos aumentar o filtro de entrada, despenalizando determinadas condutas, e ampliando o filtro de saída”, ressaltou. Mara Fregapani, do Departamento Penitenciário Nacional, concordou com o argumento.

Assim como Monique Cruz, a pesquisadora Pétalla Timo, da organização Conectas, classificou a guerra às drogas como principal causa da crise penitenciária. Pétalla solicitou à CDHM que acompanhe e se possível atue pela aprovação de projeto de lei que exclua o tráfico de drogas da classificação de crimes hediondos.

Viviane Balbuglio, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, reforçou a necessidade de atentarmos para as especificidades da mulher presa no sistema. “Quando falamos do caos nos presídios, sempre lembramos dos locais onde os homens estão encarcerados, mas os presídios femininos sofrem com os mesmos problemas, até agravados”, apontou.

A voz de familiares de egressos do sistema penitenciário teve ressonância com Darlana Godoi, que representa a associação brasiliense desta questão. “O Judiciário não deve responder ao clamor público da grande mídia. É fundamental priorizar a reinserção dos egressos”.

Para Movimento LGBT, atual conjuntura política impede avanço de demandas do setor

O movimento LGBT é unânime: a atual conjuntura política brasileira impede o avanço das demandas do setor. Antes de começarem a falar no 14º Seminário LGBT do Congresso Nacional, todos os participantes fizeram questão de pedir a saída do presidente Michel Temer e a realização de eleições diretas, pois, na visão deles, o governo federal, assim como o Congresso Nacional, tem uma pauta conservadora e antidemocrática.

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



Quem resumiu essa avaliação foi o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), um dos autores do requerimento para realização do seminário. “O seminário LGBT do Congresso tem a função de tirar daqui ideias de proposições legislativas que possam ser apresentadas e de estratégias políticas que possam impedir que projetos que tentam barrar a nossa cidadania sejam aprovados”, afirmou.

Para Jean Wyllys, o seminário não pode se descolar do atual contexto político. “Os artistas, os trabalhadores da cultura e os movimentos sociais estão nas ruas pedindo por diretas já, e essa luta nos diz respeito porque só a democracia pode garantir o avanço da luta da comunidade LGBT por cidadania plena”, declarou.

Base curricular

O deputado Bacelar (Pode-BA) citou, entre as medidas consideradas conservadoras, a retirada, pelo Ministério da Educação, das expressões "identidade de gênero" e "orientação sexual" da Base Nacional Comum Curricular.

O entendimento da transexualidade como transtorno mental também foi questionado no seminário. A representante do Conselho Federal de Psicologia no evento, Sandra Sposito, ressaltou que a psicologia já não trata a homossexualidade como doença e que o entendimento sobre a transexualidade segue o mesmo caminho.

Violência

Outro ponto que mereceu destaque foi a violência contra pessoas LGBT. Segundo Jéssica Bernardo, do Ministério da Saúde, 24 pessoas LGBT sofrem violência por dia no Brasil.

"Por exemplo, 4.608 lésbicas, bissexuais e gays que sofreram agressões não necessariamente sofreram porque são LGBT. Por isso a importância de se divulgar esses dados e capacitar os profissionais para saber se essas pessoas foram vítimas de homofobia ou não. A gente precisa saber como esses casos acontecem, quem sofre mais essas violências, para a gente intervir", disse.

Pelos dados do Ministério da Saúde, pelo menos 10% dos casos de violência foram motivados pela homofobia, mas, segundo Jéssica, esse percentual pode esconder alguma subnotificação.

O 14º Seminário LGBT do Congresso Nacional foi realizado em parceria por oito comissões temáticas da Câmara e do Senado (na Câmara, as comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Legislação Participativa; de Educação; de Cultura, de Seguridade Social e Família; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público). Nenhum parlamentar com visão contrária à dos movimentos sociais se pronunciou durante o evento, que foi realizado nesta quarta-feira (13), na Câmara dos Deputados.

CDHM encaminha ações para combater violência no campo

Em audiência pública, realizada no dia 14/06, a CDHM trouxe para o Congresso Nacional um importante debate acerca da violência no campo e o aumento no número de trabalhadores rurais mortos no Brasil, a partir do relatório da Comissão Pastoral da Terra "Conflitos no Campo".



Confira os principais encaminhamentos e ações que a CDHM coordenará esforços para minimizar a violência no campo:

- Que a CDHM dê visibilidade para os casos de violência no campo a fim de intensificar as denúncias para que os culpados sejam punidos;
- Que a CDHM acompanhe as investigações e desdobramentos da chacina de Pau D'Arco/PA;
- Que a CDHM acompanhe a violência contra os povos indígenas nas áreas de retomadas, especialmente no Mato Grosso do Sul;
- Que a CDHM peça informações e realize diligência no estado de Rondônia para apurar os assassinatos, as ameaças, a atuação das milícias armadas e sua relação com agentes do Estado;
- Que a CDHM acompanhe os casos de violência e as violações envolvidas no direito ao acesso à água na região de Unaí – MG. Inclusive cobrando a atuação do governo de Minas Gerais;
- Que a CDHM peça providências sobre as denúncias de que os agentes da PM-DF investigados por uso de arma letal em manifestação estariam atuando novamente nas ruas.

CDHM debate realidade da população que sofre de transtorno do espectro autista

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 20/06, audiência pública em alusão ao Dia Mundial do Orgulho Autista, celebrado em 18 de junho. Mais do que ressaltar a data, o debate permitiu conhecer a realidade da população que tem transtornos relacionados ao espectro autista e discutir políticas públicas voltadas a este grupo. A iniciativa da audiência foi do deputado Luiz Couto (PT-PB).



O Poder Legislativo tem um papel fundamental na garantia de direitos da população autista, afirma Fernando Cotta, presidente nacional e fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB). “O acesso aos tratamentos de saúde, às políticas públicas de educação especial e às escolas regulares ainda deixa muito a desejar. As leis que protegem os direitos dos autistas estão promulgadas, porém não saem do papel. Precisamos efetivar as políticas públicas nesse sentido”, afirmou Cotta, que defendeu uma publicização do autismo, que tem menos visibilidade em relação a outros transtornos, como a Síndrome de Down.

O membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista da OAB do Distrito Federal, Emmanuel Maurício Teixeira de Queiroz, citou duas leis que ainda não foram implementadas, apesar de sancionadas, referendando o que disse o presidente do MOAB: a Lei Fernando Cotta e a Lei Berenice Piana, que asseguram direitos básicos às pessoas com autismo. Segundo o advogado, a política pública precisa tratar e buscar compreender as causas do isolamento social do autista.

Tratamentos alternativos

A coordenadora do projeto MOAB Canabidiol, Viuma Nunes Valadares, falou sobre o uso de canabidiol, substância extraída da planta *Cannabis sativa*, a maconha, para tratar de pessoas com autismo. Estudos realizados nos Estados Unidos com o uso medicinal do canabidiol salvaram vidas de autistas, reduzindo o número de convulsões e de sintomas como ataques de agressividade e autoflagelação, hiperatividade e falta de contato visual. “Para muitos pais, essa será a última alternativa de tratamento”, defendeu Viuma.

O esporte pode ser uma terapia complementar para pessoas com transtorno do espectro autista. É o que defende a ex-tenista Claudia Chabalgoity, que coordena o Projeto Tênis para Autistas e Pessoas com Deficiência. O projeto, que atende pessoas com autismo em Brasília, coloca a prática do tênis como uma estratégia para desenvolver habilidades da pessoa com o transtorno.

Os expositores e o público presente no plenário apresentaram alguns encaminhamentos, que serão analisados pelo colegiado:

- Que a CDHM trabalhe para cobrar aprovação e a implementação de leis que viabilizem às pessoas com transtorno do espectro autista o acesso aos tratamentos de saúde, às políticas públicas de educação especial e às escolas regulares;
- Que a CDHM debata a regulamentação de tratamento alternativo ao transtorno do espectro autista;
- Que os movimentos visitem os parlamentares para pleitear a destinação de emendas via municípios ou estados para as políticas públicas voltas às pessoas com transtorno do espectro autista;

- Que a CDHM oficie o Ministério da Saúde solicitando informações sobre a quantidade de pessoas com transtorno do espectro autista no Brasil;
 - Que a CDHM debata a intersecção do autismo com outros fatores sociais, como gênero, raça, condição social, etc.
 - Que a CDHM debata um Projeto de Lei Nacional para exigir que estados e municípios estabeleçam políticas de acordo com a Lei Berenice Piana ([LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.](#))
- Diagnostico do autismo.
 - Centro de atendimento especializado.
 - Centro de referência/ parceria com a Universidade Federal/ cultura de ensino, pesquisa e diagnostico.
 - Foco na escola, trabalho e educação para o trabalho.
- Que a CDHM realize uma audiência pública com pessoas com transtorno do espectro autista para dar depoimentos sobre suas trajetórias de vida.

CDHM recebe reivindicações do povo indígena Guarani-Kaiowá

21/06/2017 20h47

Parlamentares da CDHM receberam, em 21/06l, representantes do povo indígena Guarani-Kaiowá, incluindo 24 jovens do Projeto Direitos e Cidadania de Crianças e Adolescentes. Em um Congresso cada vez mais fechado às minorias e sempre avesso a abrir as portas da dita “Casa do Povo” aos indígenas, que muitas vezes são reprimidos com bombas pela Policia Legislativa, foi uma grande oportunidade de apresentarem as demandas da comunidade às deputadas e deputados.

Leonardo Aragão / CDHM



A audiência começou com um minuto de silêncio em homenagem aos Guarani-Kaiowá assassinados. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário, 426 índios foram mortos apenas no Mato Grosso do Sul entre 2003 e 2015.

Elizeu Lopes, liderança do povo Aty Guasu, uma das comunidades Guarani-Kaiowá, denuncia que a sensação de insegurança é permanente entre os indígenas. As ameaças de ataques paramilitares são constantes e se dissemina a ideia de que os indígenas não são humanos. O Estado acaba sendo conivente com as violações dos direitos dos índios. “O Estado expulsa indígenas de suas terras originárias e assassina suas lideranças. A pecuária cresce sobre as terras indígenas e o interesse econômico sobrepõe a vida humana”, afirma.

A ausência de processos de demarcação de terras indígenas viola a Constituição, lembrou Jânio Avalo, jovem liderança Aty Guasu. Lembrando o abandono do governo do Estado do Mato Grosso do Sul “um estado anti-indígena”, em suas palavras, Jânio destacou a impunidade dos crimes praticados contra os Guarani-Kaiowá, que configuram um genocídio em curso. “Uma vaca tem mais valor que uma criança”, lamentou o jovem. Leila Rocha, do conselho da mulher Aty Guasu, salientou que os assassinatos decorrem de uma luta por um pedaço de terra relativamente pequeno para os fazendeiros, mas que já não dá conta de tantas famílias.

Dionara Gomes, jovem Guarani-Kaiowá e neta de Nísio Gomes, cacique morto há seis anos e cujo assassinato jamais foi desvendado, denunciou com emoção o extermínio de crianças e outras táticas criminosas, como o envenenamento da água que abastece as comunidades. “Fazendeiros plantam na terra dos indígenas e com os lucros obtidos lá pagam pistoleiros para matar e intimidar os povos indígenas”, sentencia.

O empoderamento de indígenas na formulação das políticas públicas é um passo importante para sua execução e efetividade, defende o secretário-executivo do Ministério dos Direitos Humanos, Johanness Eck. “Os indígenas, principalmente os jovens, necessitam estar na política”, disse.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) citou um histórico de violações e negação de direitos, recordando que por muitas vezes a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou diligências ao Mato Grosso do Sul prestar solidariedade e apurar assassinatos de índios. “Os praticantes dos crimes são ligados ao próprio Estado na maioria dos casos, pois prestam apoio político e econômico a quem deveria monitorar estes temas”.

Por outro lado, o deputado Lincoln Portela (PRB-MG) entende que a atuação coordenada dos índios seguiu barrando retrocessos, como a PEC 215. Chamando de “colônia brasileira” os grupos que promovem ataques aos direitos dos povos indígenas, Portela pediu a retomada do grupo de trabalho criado pela Câmara dos Deputados destinado a estudar processos demarcatórios de terras.

CDHM debate violência policial nas manifestações e acolhe sugestões de encaminhamentos para o tema

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu no dia 21/06 uma audiência pública que abordou a violência policial nas manifestações. A iniciativa do debate partiu da deputada Maria do Rosário (PT-RS), diante dos inúmeros relatos e denúncias de atrocidades praticadas por forças policiais contra manifestantes, em uma escalada de repressão que culminou em uma das ações mais contestadas dos últimos tempos, em 24 de maio, na Esplanada dos Ministérios, quando até mesmo o Exército foi chamado às ruas, por meio de um mecanismo conhecido como GLO (Garantia de Lei e da Ordem), assinado pelo presidente Michel Temer.

Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



A constatação das repressões não ficou restrita apenas ao discurso de um campo político. A própria imprensa registrou cenas de barbárie nas manifestações. Oliver Kornblihtt, jornalista do coletivo Mídia Ninja, que cobriu os atos do dia 24 contra Michel Temer, observou que a ação policial durou mais de três horas, com ataques sistemáticos das forças do Estado e um arsenal inesgotável de bombas, gás de pimenta e o emprego de armas de fogo contra pessoas desarmadas. Um colaborador do Mídia Ninja foi agredido por um policial na Rodoviária do Plano Piloto, região central de Brasília, apenas porque realizava seu trabalho de registro de imagens.

Wanderlei Pozzembom, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, denunciou a omissão do Governo do Distrito Federal quanto aos excessos policiais, apontando a conivência das altas autoridades de Segurança Pública com a repressão, articulando com o Governo Federal a dispersão de uma manifestação política. Pozzembom entregou um relatório à assessoria técnica da CDHM que compila os ataques a jornalistas no Brasil.

Os parlamentares presentes à audiência puderam conhecer e ouvir o relato de Clementino Pereira, um dos casos mais emblemáticos da violência de 24 de maio, onde perdeu a visão do olho esquerdo em função de um tiro de bala de borracha, desferido propositadamente contra seu rosto.

Daniel Sabino, médico que atendeu Clementino e que também participou das manifestações, discorreu sobre os cuidados necessários no uso de armas consideradas “não-letais”. “O uso de arma de borracha e outras armas que a polícia tem autorização para usar com o objetivo de reprimir manifestações podem ter consequências irreversíveis para a saúde e para a integridade física das pessoas”. Segundo o profissional de saúde, o uso de gás lacrimogêneo e spray de pimenta podem causar queimaduras, dermatites, elevar pressão arterial, levar à taquicardia, asfixia, choque anafilático e até mesmo à morte, e são usadas de forma indiscriminada por carregarem consigo o status de armas de menor potencial ofensivo.

A truculência e atitudes ditatoriais não são exclusivas às manifestações. Sindicalistas estão sendo presos e tendo seu direito à expressão cerceado em carros de som, pela alegação de uma lei que ninguém conhece que proibiria este tipo de atividade próximo a prédios públicos. É o que afirma Alexandre Varela, da Frente Povo sem Medo, que manifestou preocupação com a promulgação do decreto 40 do governo federal, que cria uma comissão para discutir protocolo de segurança em manifestações sem convidar nenhum representante da sociedade civil. O Legislativo também é berço de projetos de lei autoritários, diz Varela. “Há três projetos de lei em tramitação no Congresso que visam limitar o direito à manifestação, permitindo filmagens de atos com mais de mil pessoas, criando intimidação, criminalizando ocupações parciais de prédios públicos e

institucionalizando a detenção de quem estiver criando situações de pânico, sendo que esta definição é incerta”.

Igor Felipe Santos, da Frente Brasil Popular, defendeu a desmilitarização das polícias como fator importante para minimizar a onda repressiva e o diálogo como forma de mediar possíveis conflitos. “O Congresso e a sociedade precisam debater francamente a regulamentação da ação da PM em manifestações”.

O recorte racial na repressão deve ser levado em consideração no entendimento dos ataques às manifestações, aponta o professor do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, Leonardo Ortegá. Basta consultar os dados sobre assassinatos no Brasil, em que as mortes de jovens negros cresceu 32% enquanto a de brancos caiu 30%. Outro exemplo é que o único preso nas manifestações de junho de 2013 é o negro Rafael Braga. “A imprensa induz a população a apoiar manifestações chamando quem protesta de vândalos, mas essa violência institucional ocorre sobretudo nos atos onde há presença grande de negros”, disse.

Para o defensor público da União Geraldo Vilar Correia, o debate sobre a garantia dos Direitos Humanos é essencial e precisa ser feito fora dos círculos dos defensores da pauta. “Quando boa parte das autoridades de Estado não compreendem essa necessidade, a violência ganha sempre caráter de legitimidade, inclusive nos discursos oficiais”, afirmou.

A conselheira do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Iara Moura, lembrou que a lei de organizações criminosas criou instrumentos que permitem o uso abusivo de dispositivos como as prisões preventivas. Segundo Iara, que coordena a Comissão Permanente de Liberdade de Expressão do CNDH, o Conselho tem cobrado a transparência sobre os protocolos adotados pela polícia em manifestações.

A deputada Maria do Rosário, proponente da audiência, lembrou que até mesmo parlamentares que foram acompanhar os protestos foram alvo de agressões, sofrendo ataques com bombas no carro de som em que estavam. Rosário alertou que as forças policiais iniciam os ataques antes mesmo de as manifestações se formarem. “A atuação dos policiais militares lembra a de uma polícia política”, denunciou.

Após questionamentos do presidente da CDHM, ministro das Relações Exteriores reafirma adjetivos pejorativos à CIDH e à ONU

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, confirmou que considerou tendenciosas as críticas de organismos internacionais que apontaram “uso excessivo de força” para reprimir manifestações no Brasil. Ele participou, no dia 27/06, de audiência conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Victor Diniz / Câmara dos Deputados



Autor do pedido para que o ministro prestasse esclarecimentos, o deputado Paulão (PT-AL), que também é presidente da comissão de Direitos Humanos, criticou expressões na nota de resposta do Itamaraty que considerou desrespeitosas.

“Na nossa avaliação, essa nota traz expressões como ‘tendenciosas’, ‘desinformado’, ‘má-fé’, ‘cinismo’, ‘com fins políticos inconfessáveis’, isso contribui para a política externa brasileira? Será que, neste momento conjuntural onde temos um governo com presidente com somente 7% de aceitação, esse governo está com credibilidade para fazer questionamento à Venezuela, por exemplo?”, criticou Paulão.

Paulão questionou também a postura do Itamaraty no episódio da articulação política que resultou na ida do deputado ao evento de apresentação do relatório brasileiro no evento da Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça. Segundo relatos sigilosos feitos à CDHM, o órgão trabalhou para vetar a participação da Câmara dos Deputados na reunião, o que violaria a prerrogativa do parlamentar enquanto presidente da CDHM,

Uso da força

O ministro Aloysio Nunes Ferreira reafirmou o teor da nota publicada pelo Itamaraty, de sua própria autoria, em resposta ao comunicado conjunto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. No texto, os dois organismos internacionais condenam o uso excessivo da força por parte da Polícia Militar para reprimir protestos e manifestações em maio deste ano, no Brasil.

No mesmo documento, os órgãos internacionais criticam a violência policial em operação na Cracolândia, em São Paulo, e o massacre de Pau D'Arco, no Pará, onde dez pessoas foram assassinadas durante ação policial de reintegração de posse.

O ministro considerou as afirmações tendenciosas. "Eu não me conformei com a má-fé com que ela foi redigida. Eu reafirmo esses termos, com toda franqueza. Esses organismos colocaram na mesma condenação episódios absolutamente desconexos, de responsabilidade a mais diversa. Misturam tudo, como se o Brasil fosse um país selvagem, um país que não tem lei ou instituições que funcionem. Funcionam sim. Funcionam mais que na Venezuela. O presidente Temer pode ter avaliação muito baixa, mas aqui não há presos políticos. Aqui, o Judiciário funciona. O Ministério Público funciona. As pessoas podem se manifestar livremente. O Congresso Nacional funciona", disse o ministro.

Discussão

Os ânimos se acirraram quando a deputada Maria do Rosário (PT-RS), que foi ministra dos Direitos Humanos, disse que o País vive um estado policial e que Nunes se excedeu no tom e se manifestou com arrogância.

"Diante da comunidade internacional, do sistema internacional de Direitos Humanos, temos a postura de não diminuir os problemas que vivemos aqui. Agora, a sua nota ultrapassou o tom. A sua nota não foi adequada com organismos que, quando fazem uma crítica, não se posicionam seletivamente. Não é uma crítica ao governo brasileiro. No entanto, vossa excelência não admite que temos tido graves problemas", afirmou Maria do Rosário.

O ministro Aloysio Nunes respondeu que não atuou com arrogância, mas com rigor. "A senhora não tem autoridade para policiar minhas palavras", afirmou.

CDHM debate situação de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou no dia 05/07 audiência pública sobre a situação de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento. A iniciativa do debate partiu do presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL).

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



O evento reuniu especialistas no tema da infância e adolescente, bem como estudiosos da questão da adoção no Brasil. É o caso, por exemplo, do Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho, juiz e presidente da Comissão da Infância e da Juventude da Associação Alagoana de Magistrados (ALMAGIS). Segundo o juiz, as crianças em abrigos são marginalizadas e não são consideradas sujeitas de direitos. "Há mais de 39 mil pretendentes de adoção e apenas 27 mil crianças e adolescentes disponíveis para adoção. O problema é o descompasso entre o perfil de crianças e adolescentes que os pretendentes querem adotar e o perfil que realmente se verifica entre as crianças e adolescentes disponíveis para adoção", afirmou Cavalcanti.

A defensora pública do Estado do Rio de Janeiro e representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), Eliza Cruz, concordou com a tese do juiz Cavalcanti, trazendo novos dados que confirmam a teoria da divergência entre o perfil das crianças em entidades de acolhimento e o que os adultos buscam. 71% das

crianças aguardando adoção estão fora da faixa etária de 1 a 7 anos de idade; enquanto aproximadamente 6% das famílias pretendem adotar crianças com mais de 7 anos. A defensora sugere que as famílias passem por um processo de habilitação, de formação, com vistas a sensibilizar para a realidade das crianças fora da faixa etária geralmente pretendida. Além disso, é necessária qualificação técnica de juízes, assistentes sociais e psicólogos para acompanhar as famílias antes, durante e depois da adoção, e preparar aqueles jovens que porventura não consigam ser acolhidos. “É preciso institucionalizar o processo de desacolhimento, quando os jovens completam 18 anos”, disse.

Para a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Cláudia Freitas Vidigal, o projeto de vida das crianças e adolescentes em abrigos não pode depender unicamente da expectativa pela adoção, pois isso alija os jovens de qualquer inserção social e econômica caso eles não sejam acolhidos. “É necessário um aprofundamento da compreensão do processo de adoção e humanizar as políticas de acolhimento. A retirada das crianças de suas famílias é desumanizada e a mãe que teve seus filhos retirados, por exemplo, não contam com apoio de políticas públicas”, ressaltou.

A criminalização da pobreza e de vulnerabilidades sociais é um elemento responsável pela separação de crianças das suas famílias, aponta a defensora pública de Minas Gerais, Daniele Bellettato Nesrala. Segundo ela, precisamos ter um olhar especial para os casos em que a família é desfeita apenas por estar em condição de pobreza, atendendo a interesses alheios ao seio familiar. “A família de origem deve ser sempre a primeira opção”, defendeu Daniele. 68% das crianças retiradas de sua família natural são redirecionadas para adoção, e parte delas poderia ser reintegrada à família natural em um momento posterior, na visão da defensora pública.

CDHM debate cerceamento da atividade jornalística e aborda novas formas de comunicação e mídia

13/07/2017 13h40

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) reuniu no dia 12/07 jornalistas, comunicadores, especialistas e estudiosos da área da comunicação para debater a situação do exercício do jornalismo e as perspectivas do direito à livre comunicação e expressão no país.

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



O debate teve a iniciativa do presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), a partir do diagnóstico de um quadro nacional de cerceamento da atividade jornalística e censura judicial aos profissionais de imprensa, afetando o direito constitucional de liberdade de expressão.

A jornalista Bia Barbosa, do coletivo Intervezes e uma das principais especialistas em comunicação no Brasil, destaca que a concentração de propriedade dos meios de comunicação provoca efeitos negativos na garantia da liberdade de expressão e informação. “Hoje oito a dez famílias concentram a quase totalidade dos meios de comunicação considerados de massa e, como não há definições claras do que caracteriza um monopólio de comunicação, que por lei é proibido, as grandes redes exercem um poder político muito além do interesse público”, define. Enquanto vizinhos da América Latina passaram por reformulações dos marcos regulatórios de comunicação, no Brasil esse assunto virou um tabu, aponta a jornalista. Bia sugeriu reflexões do coletivo Intervezes para acelerar o processo de desconcentração dos meios de comunicação e de ampliação da pluralidade da comunicação, como a complementariedade entre os sistemas privado e público, a criação de um órgão regulador independente para o sistema radiodifusor, a garantia de mecanismos de produção independente de conteúdo e a proibição da propriedade cruzada dos meios de comunicação, definindo melhor os critérios para fiscalização e responsabilização de violações desta lei.

Os casos de cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais estão se multiplicam no Brasil, denuncia a presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga. A federação acompanha casos de censura prévia, intimidação, prisão e quebra de sigilo da fonte, patrocinados pela Justiça atendendo, em geral, a pedidos de pessoas e conglomerados detentores de poder econômico que utilizam sua influência para silenciar coberturas jornalísticas contrárias aos seus interesses. “Quando a ação contra um jornalista é proposta por um membro do Judiciário ou do Ministério Público, a condenação é praticamente certa”, diz Maria José, que propõe a criação de um Conselho Nacional de Jornalistas e um observatório da violência contra comunicadores, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

Para o secretário-executivo do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas, Thiago Correia, a judicialização tem sido a principal estratégia para impedir a atividade jornalística. “O poder econômico usa a Justiça para os seus interesses e nega o direito democrático de fazer comunicação”, afirma o repórter, com a vivência das dificuldades do trabalho jornalístico em Alagoas, estado com um longo histórico de mandonismo político, coronelismo e perseguição a quem publica matérias contrárias aos detentores do poder. Thiago destacou também a precarização das condições de trabalho do jornalista, sobretudo desde o fim da necessidade do diploma na prática do jornalismo, o que reduziu os salários da categoria. “Hoje o piso salarial é o teto real nas redações”, conclui.

Com mais de 40 anos de experiência e cobertura de momentos decisivos da história do país, o jornalista Luis Nassif abordou a invisibilidade do jornalismo independente no Brasil e o crescente viés ideológico do Poder Judiciário. Segundo Nassif, o esquema de manipulação da mídia hoje é chefiado principalmente pelo Ministério Público, a quem chama de “turba linchadora”. Este grupo, com o objetivo de institucionalizar uma sanha punitivista, promove assédio judicial e perseguição implacável aos que não se posicionam como os promotores desejam, na visão do blogueiro do GGN, que considera

os jornalistas o primeiro alvo preferencial do golpe contra a democracia desferido em 2016, “sentindo na pele” estas ações contra a liberdade de imprensa, pois é alvo de dezenas de processos judiciais.

O jornalista do portal “Diário do Poder”, David Soares, é outro que sofre censura judicial no seu trabalho. Proibido de citar o nome do deputado estadual alagoano Antonio Albuquerque em qualquer hipótese, David avalia que este cenário provoca apreensão entre os jornalistas. “Os próprios jornalistas acabam se autocensurando e evitando avançar em determinadas pautas, pois mesmo com provas do que é publicado, a Justiça protege quem tem poder”. Ao denunciar a prática de nepotismo por parte do deputado estadual alagoano João Caldas, que empregou a própria mãe no gabinete, David foi processado por crime eleitoral por uso de documento falso, quando a certidão do departamento pessoal da Assembleia Legislativa de Alagoas provava a nomeação da mãe de Caldas.

Novas formas de comunicação e expressão

A segunda mesa da audiência discutiu o papel do jornalismo ativista e da imprensa alternativa, destacando seu trabalho no rompimento das barreiras impostas pela mídia monopolista ao utilizar-se de plataformas como as redes sociais e a internet para levar conteúdos críticos e coberturas contrárias ao discurso da classe dominante, se apropriando de mecanismos tradicionais dos meios de comunicação de massa e inovando nas metodologias e técnicas de difusão de informações.

Quem abriu este debate foi Paulo Donizetti, da Rede Brasil Atual, veículo que congrega um portal de internet e uma rádio que transmite no dial FM em São Paulo, a única rádio com viés progressista com espaço na programação tradicional paulistana, a maior do país. A RBA, como é conhecida, também foi alvo de censura judicial ao ser obrigada a tirar de circulação edições da Revista do Brasil, editada pelo grupo, apenas por trazer reportagens elogiosas aos governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. “O que mais chama a atenção é que revistas de grande circulação como a Veja publicaram diversas capas em favor de candidaturas tucanas e nunca alguém fez qualquer tipo de questionamento”, ironiza.

Uma das mais inovadoras experiências de midiativismo do Brasil, a Mídia Ninja, foi representada por um de seus representantes no Distrito Federal, Clayton Nobre. Surgida em meio ao enfraquecimento do jornalismo tradicional e com grande destaque nas coberturas independentes desde as manifestações de junho de 2013, a Mídia Ninja conta hoje com mais de 1,5 milhão de pessoas seguindo seus conteúdos no Facebook. “O cenário que deu notoriedade ao Mídia Ninja é um cenário de abundância das mídias independentes diante da falta legitimidade da narrativa da mídia comercial sobre a política”, diz o midiativista, que aposta no engajamento de pessoas não afeitas à atividade jornalística como cidadãos multimídia, que divulguem informações em tempo real de assuntos vetados nas coberturas da imprensa tradicional. Criminalizados por sua cobertura crítica ao status quo, a Mídia Ninja já teve colaboradores detidos, inclusive uma mulher que apanhou da polícia até desmaiar em uma manifestação em Belo Horizonte.

Juliana Medeiros, do coletivo Jornalistas Livres, que reúne profissionais da comunicação que cobrem e destacam conteúdos ignorados pela “grande imprensa”,

sobretudo nas temáticas de Direitos Humanos e movimentos sociais, falou a respeito do trabalho quase silencioso de jornalistas que mandam conteúdos e produzem reportagens em sigilo, pois trabalham em um veículo grande onde seus materiais seriam censurados. Juliana narra que nas semanas derradeiras da decisão acerca do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, dezenas de jornalistas vieram por conta própria até Brasília acompanhar o desfecho da história, à revelia das redações em que trabalham, pelo prazer da atividade jornalística e em levar a notícia às suas regiões. Apesar destas manifestações legítimas de respeito à informação, Juliana entende que falta solidariedade entre os jornalistas. “No dia da posse de Michel Temer, era nítido o cenário de conagração entre alguns profissionais da grande imprensa com o novo governo que chegava. Quais os limites éticos desta questão? Enquanto isso, os jornalistas da imprensa independente eram expulsos da cobertura de um ato de interesse público, sob aplausos e incentivos à perseguição ao nosso trabalho por parte de outros jornalistas”, lamenta.

Tereza Cruvinel, que hoje escreve para o portal Brasil 247, falou sobre a experiência de construir e presidir a EBC, emissora instituída no governo Lula com o objetivo de fortalecer a comunicação pública como um instrumento de Estado, e não de governo. A jornalista acredita que a partir da eleição de Lula à presidência, em 2003, o espaço para o contraditório na grande imprensa passou a diminuir. “Em outros tempos, todos sabiam muito bem qual era a posição pessoal de cada um sobre a política, nem por isso deixávamos de dialogar e ter um espaço para expor nossas ideias, ainda que o jornal tivesse uma linha diferente daquela que defendemos. Hoje, há um clima de guerra entre alguns grupos, como se não fosse possível ter relação porque há divergências”, aponta. A ex-presidenta da EBC denunciou o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação a partir da posse de Michel Temer, que praticou uma “caça às bruxas” no conselho curador da emissora, composto por entidades representativas da sociedade civil no campo da comunicação, aliado a uma estratégia de cortar todos os contratos de patrocínio do governo para as mídias alternativas, concentrando-os nos grandes conglomerados de comunicação que apoiaram sua alçada à Presidência.

CDHM debate importância dos 27 anos do ECA e aponta desafios na luta pelos direitos da criança e do adolescente

A Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu no dia 13/07 audiência pública para discutir os 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e debater os desafios para a implementação das políticas de promoção dos direitos das crianças e adolescentes. A iniciativa do debate partiu da vice-presidenta da CDHM, deputada Erika Kokay (PT-DF).



O evento reuniu representantes do poder público federal e distrital, membros de conselhos da criança e adolescente, conselheiros tutelares e autoridades do Poder Judiciário que acompanham a temática da criança e do adolescente. A audiência foi aberta com a exibição do curta-metragem “Fala Manin”, que narra uma história onde a invisibilização de crianças e adolescentes e a consequente falta de perspectiva leva os jovens ao abandono dos estudos, ao trabalho infantil e à marginalização.

O tom das falas indicou a preocupação com o desmonte das estruturas de gestão e implementação das políticas públicas para a criança e o adolescente, sobretudo no governo federal. Para o representante da Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Distrito Federal, Iran Magalhães, este desmonte acaba gerando falta de oportunidades que, como consequência, jogam os jovens no envolvimento com o tráfico de drogas. “O Estado não oferece oportunidades e quando o jovem incorre em erros, vem os que defendem a redução da maioria penal, criminalizando-o. É uma contradição”, afirma.

Na opinião de Karina Figueiredo, secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, o desmonte do Disque 100, canal de denúncias de violações de Direitos Humanos do governo federal, que deve ser anunciado nas próximas semanas pelo Ministério dos Direitos Humanos, incidirá diretamente na falta de assistência às crianças e adolescentes, sobretudo as que são vítimas de abuso sexual. “Um sistema socioeducativo deficiente, o precário atendimento às vítimas de abuso sexual, a violência e a discriminação àquelas que são LGBTs já na infância e adolescência acarretam quadros de suicídio e dependência química”, aponta Karina, que vê no Disque 100 um canal de ajuda a essas pessoas e que, portanto, sua precarização eliminará um dos poucos espaços de encaminhamento e escuta de relatos e denúncias.

A articulação entre os três poderes é fundamental para avançar nos direitos das crianças e adolescentes, avalia Cláudia de Freitas Vidigal, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). “Os 27 anos do ECA são, em grande parte, de conquistas e avanços, muitos deles conquistados em função da articulação institucional”, afirmou. Mas apenas as leis não resolvem. É preciso avançar no cumprimento e na fiscalização das políticas para esse segmento, opina Antônio Carlos de Carvalho Filho, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal.

O Dr. Raimundo Paulo dos Santos Neto, procurador do trabalho da 10ª Região, representando o Ministério Público do Trabalho, manifestou preocupação com os projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam reduzir a idade mínima de

trabalho de 16 para 14 anos. O combate ao trabalho infantil não tem sido prioridade do governo brasileiro, tanto que o país descumpriu meta global da Organização Internacional do Trabalho que recomendava as piores formas de trabalho infantil até 2016.

O ECA precisa ser preservado e aprimorado para a garantia dos Direitos Humanos das crianças e adolescentes, afirma Luisa de Marillac Xavier, promotora de Justiça. “Esses 27 anos de ECA representam uma vitória da perspectiva dos direitos humanos na elaboração de políticas públicas e legislação para crianças e adolescentes”, ressalta a promotora, que defende uma maior participação e diálogo com as crianças e adolescentes na formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito.

Redução do orçamento da Funai e aumento da violência recebem críticas na Câmara*

A deputada Janete Capiberibe quer que o Parlamento Europeu imponha barreiras a produtos brasileiros que sejam produzidos em contexto de violação de direitos indígenas. Parlamentares, entidades e Ministério Público mostraram-se preocupados com o agravamento da situação. Parlamentares brasileiros e estrangeiros, além de membros do Ministério Público da União e lideranças indígenas, criticaram a redução do orçamento da Funai (Fundação Nacional do Índio) e o aumento da violência no campo no período do atual governo. O assunto foi debatido em audiência pública, realizada no dia 01/08, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), que pediu o debate, destacou que o governo Michel Temer reduziu em 75% o orçamento da Funai. “Esse governo não teve programa aprovado pela população brasileira, e visa beneficiar grandes empresas internacionais do agronegócio”, disse. Segundo Capiberibe, o governo dificulta a demarcação das terras indígenas para “entregá-las às empresas internacionais”.

O presidente da comissão, deputado Paulão (PT-AL), também afirmou que a situação dos povos indígenas se agravou no governo atual, com “tentativas de mortes quase toda semana”. O estado com maior índice de conflitos seria o Pará.

Divulgação internacional

A deputada do Parlamento Europeu pelo Reino Unido Julie Ward, que esteve recentemente na Amazônia para conhecer a situação dos povos indígenas, informou

que pretende divulgar em fóruns internacionais os abusos sofridos por esses povos, os quais constatou durante o período passado na região.

A deputada Janete Capiberibe pediu que o Parlamento Europeu imponha barreiras a produtos brasileiros que sejam produzidos em contexto de violação de direitos de povos indígenas.

A parlamentar inglesa apontou a violência da “industrialização” para os povos indígenas, que estaria tornando insustentável o modo de vida dessa população. Conforme Ward, esses povos não são mais capazes de desenvolver suas atividades tradicionais, por conta da poluição dos rios e das terras – por agrotóxicos, por exemplo.

Julie Ward defendeu o “empoderamento das populações indígenas” para que elas possam promover a proteção do meio ambiente. Para a deputada, a situação dos povos indígenas brasileiros afeta todo o mundo – não é um problema restrito ao País.

Organizações cobram que Brasil acate recomendações da ONU sobre direitos humanos

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e dezenas de organizações da sociedade civil reivindicaram, em audiência pública realizada no dia 09/08 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o cumprimento das recomendações feitas pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas ao Brasil, no processo de Revisão Periódica Universal (RPU).



“O Estado e a sociedade brasileira devem acolher essas recomendações e implementá-las de forma universal”, defendeu o presidente do CNDH, Darci Frigo. Para ele, “não podemos dar nenhum passo atrás na garantia dos direitos humanos”.

A RPU é um mecanismo que determina que todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) sejam submetidos, a cada quatro anos e meio, a uma análise da situação dos direitos em seus territórios.

Em maio deste ano, foi apresentado o relatório do grupo que analisou o caso do Brasil. Ao todo, 246 recomendações foram apresentadas ao país, como limitar o uso da força policial em protestos; garantir serviços básicos à população; adotar medidas para combate à extrema pobreza, às desigualdades econômicas e à discriminação de gênero, etnia e religião; responsabilizar empresas envolvidas em crimes ambientais, e ratificação de pactos internacionais, entre eles o Tratado de Comércio de Armas e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias.

Na audiência na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, destacou que a adoção de algumas medidas no país, como o congelamento de recursos para políticas sociais, podem prejudicar a garantia dos direitos humanos.

Reforçando a necessidade do acolhimento das recomendações, a procuradoria encaminhou ao Ministério dos Direitos Humanos uma nota na qual afirma que são importantes, “especialmente em razão do grave quadro de retrocessos em direitos humanos que vive o Brasil, e que vem crescendo progressivamente”.

Povos indígenas

Integrantes de povos indígenas relataram casos de violações de direitos, por meio da violência física ou projetos de lei que colocam em risco direitos garantidos na Constituição Federal. Em alusão ao Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado hoje (9), o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Paulino Montejo, avaliou que “tem havido um avanço significativo no direito internacional de reconhecimento dos direitos dos povos originários, mas o Brasil, até o momento, está caminhando na contramão da história”.

Das 246 recomendações, 34 tratam especificamente da garantia dos direitos indígenas: avanço na demarcação das terras; proteção das lideranças e fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

Segundo o representante da Rede Cooperação Amazônica, Luís Donizete, o governo brasileiro afirmou, na sabatina na ONU, que tem garantido esses direitos. Diante disso, ele disse esperar “a manutenção do discurso, o que obriga o governo brasileiro a aceitar, sem ressalvas, todas as recomendações feitas nessa temática. E na sequência a gente espera o cumprimento das recomendações de forma participativa, transparente e democrática”.

Manifestações

Em relação ao direito de se expressar e manifestar, a representante da organização Artigo 19, Camila Marques, disse que o “Brasil vive um cenário de barbárie e de massacre dos direitos humanos no contexto das manifestações sociais”. Ela defendeu a adoção da recomendação que trata da ação policial em protestos, que propõe um protocolo padrão para as ações dos policiais, a exemplo do uso de armas e a abordagem dos manifestantes.

No mesmo sentido, o fim da criminalização dos movimentos sociais e a necessidade de políticas de proteção de defensores de direitos humanos foram defendidos pelo representante da Justiça Global, Antônio Neto. “Em 2016, 65 defensores de direitos humanos foram assassinados no Brasil e a tendência é que esse número aumente em 2017. Já chegamos a 56 mortes de pessoas assassinadas no campo”, lamentou.

Governo

O Brasil tem até o dia 25 de agosto para enviar a resposta à ONU. Depois, o país voltará a ser sabatinado em Genebra, em setembro. Representante do Ministério dos Direitos Humanos, Akemi Kamimura, afirmou que o governo já se manifestou no sentido de acolher as recomendações que dizem respeito à pasta e que tem discutido o desenvolvimento de ações para concretizá-las.

Kamimura também informou que o documento com todas as recomendações é objeto de consulta pública, por meio do qual toda a população que tem acesso à internet pode manifestar a opinião sobre a adesão ou não das medidas propostas. A consulta fica aberta até o dia 11 de janeiro.

Esta é a terceira RPU à qual o Brasil é submetido. As outras duas foram feitas em abril de 2008 e em maio de 2012. Nesta, o Brasil recebeu 170 recomendações, das quais 159 foram acatadas integralmente e dez parcialmente. Apenas a proposta relacionada à descriminalização do aborto foi rejeitada.

Na revisão em andamento, a única medida criticada pelas organizações presentes na audiência foi proposta pelo Estado do Vaticano e trata da composição familiar em uma perspectiva conservadora, o que, na opinião dos participantes, vai de encontro ao entendimento formalizado no Brasil acerca da união entre pessoas do mesmo sexo.

Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Pedro Saldanha, avaliou que o aumento no número de recomendações segue tendência verificada em outros países e expressa uma maior preocupação com os direitos humanos. Ela destacou que a audiência desta quarta-feira “é de extrema importância” e se comprometeu a manter o diálogo “sobre cada passo que for dado nesse processo relativo à RPU, não só sobre a reação do Estado brasileiro, mas também sobre o processo de implementação” das propostas.

Segurança alimentar está ameaçada por cortes, dizem especialistas

Às vésperas de completar 11 anos, a Losan, Lei Orgânica de Segurança Alimentar (11.346/06), vigora em um cenário de crise econômica e cortes orçamentários. A lei, sancionada em 15 de setembro de 2006, foi tema de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no dia 15/08, com a presença da presidente e ex-presidentes do Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, e um representante do Ministério do Desenvolvimento Social.



Com a criação do Sisan, Sistema Nacional de Segurança Alimentar, o poder público passou a ter a responsabilidade de garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos, de forma regular e permanente, respeitando a necessidade e qualidade. A lei estabelece, como princípio, que não há dignidade sem acesso ao alimento, e a fome é incompatível com uma sociedade justa e igualitária.

O Sisan permite a integração dos entes federativos para o desenvolvimento de ações previstas na Lei de Segurança Alimentar e garante a participação popular na definição dos programas. A presidente do Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Elisabetta Recine, lamentou os cortes orçamentários, citou a queda de 1 milhão de famílias no programa Bolsa Família e afirmou que a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem levado à redução das ações que fortaleciam a agricultura familiar. Mas ressaltou o crescimento do número de Conseas, conselhos de segurança alimentar e Caisans, câmaras interministeriais de segurança alimentar.

"Temos uma rede consolidada de Conseas estaduais e Caisans estaduais. Já estamos na ordem de centenas de Conseas municipais. Precisamos garantir orçamento e financiamento para o sistema. Sem esse financiamento, o que transforma programas isolados em política e plano de segurança alimentar e nutricional está ameaçado."

Essa também é a opinião do deputado Padre João (PT-MG), que pediu a realização da audiência pública. Para ele, os onze anos da Lei de Segurança Alimentar podem ser celebrados, mas afirma que o Brasil volta a viver uma situação de insegurança alimentar. Em suas visitas a entidades assistenciais, ele percebeu aumento da demanda por alimentação em comunidades mais carentes. A ameaça real é o corte de orçamento nos programas sociais.

"Esses programas na linha de segurança alimentar, eles não foram extintos, mas estão morrendo de inanição. Sem orçamento, a política e o programa existe de uma forma simbólica e não real para atender as pessoas. Os restaurantes populares, muitos já fecharam. As prefeituras não conseguem sustentar."

O secretário nacional de segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social, Caio Rocha, afirmou que o debate orçamentário ainda está aberto. O ministério debate o tema constantemente para cumprir os compromissos na segurança alimentar.

"Não houve ainda um corte orçamentário, houve um contingenciamento. Agora o governo está discutindo, o ministro Osmar Terra está nesta pauta, fazendo esse debate para que a gente possa cumprir os nossos compromissos que nós temos na segurança alimentar, mas não somente nela. Agora, não podemos também fechar os olhos da situação nacional de um déficit público muito grande."

Segurança alimentar é, segundo definição da ONU, a condição em que todas as pessoas têm acesso físico, social e econômico à comida segura e nutritiva, que cumpra suas necessidades para uma vida ativa e saudável. Na opinião do ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Francisco Menezes, o maior mérito da lei de segurança alimentar foi fazer o Brasil ver a fome não como uma fatalidade, mas como a negação de um direito fundamental.

Em audiência pública, participantes criticam os autos de resistência

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou no dia 23/08 audiência pública sobre autos de resistência seguidos de morte registrados nos boletins de ocorrência. A iniciativa do debate foi fruto de requerimento aprovado no colegiado dos deputados Paulo Pimenta (PT-RS), Alessandro Molon (Rede-RJ) e Paulo Teixeira (PT-SP).

O consenso entre os participantes da audiência é que os autos de resistência são usados como forma de criminalização de pobres e negros. O desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, aponta que os autos de resistência, criados juridicamente em 1964 para legitimar as mortes provocadas pelos policiais a serviço da perseguição a opositores da ditadura militar, hoje é utilizada como morte de determinado grupo social. “Auto de resistência não existe enquanto instituto jurídico. O que existe é legítima defesa. Porém, determinadas condutas se utilizam do auto de resistência para exterminar inocentes”, afirmou o desembargador, que vê no Código Penal brasileiro um instrumento de controle social.

Débora Maria da Silva, coordenadora da ONG Mães de Maio, endossa as palavras do desembargador Paulo Sérgio e afirma que os autos de resistência foram criados contra os pobres e os negros. “As áreas periféricas das grandes cidades são os principais alvos da prática dos autos de resistência. Apenas em um fim de semana foram 31 mortos em Salvador, quase sempre jovens negros e muitos deles inocentes”, afirma Débora, representante da organização que presta apoio social, psicológico e jurídico a mães que têm os filhos assassinados, instituída após os episódios ocorridos em São Paulo no mês de maio de 2006.

Por sinal, os crimes de maio, como ficaram conhecidas as centenas de mortes ocorridas naquele mês tendo como pano de fundo o confronto entre forças policiais e facções criminosas paulistas, foi tema da fala do Frei David dos Santos, presidente da Educafro, que defende a federalização dos crimes praticados. “Muitas das 500 vítimas civis foram executadas com tiros nas costas, e várias delas tiveram no seu registro de morte os autos de resistência”. Frei David entende que o Estado deveria tratar da mesma forma as vítimas comprovadas da ditadura militar e os casos documentados de negros e pobres mortos.

O racismo institucional e a negação do direito à vida aos negros estão no cerne da manutenção de práticas como os autos de resistência, avalia o advogado e o ex-secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Gabriel Sampaio. “O Estado investe em políticas erráticas que acabam culminando em práticas violentas da polícia, gerando mais mortes. E essas mortes têm um forte componente de racismo. Enquanto o número de homicídios da população branca reduziu, as mortes de negros aumentam”, pontua Sampaio.

Debatedores criticam cumprimento parcial da Lei da Anistia, aprovada há 38 anos

Desde 2001, quando foi criada, a Comissão da Anistia já analisou cerca de 60 mil pedidos de indenização e ainda tem pela frente outros 15 mil. Trinta e oito anos depois de entrar em vigor, a Lei de Anistia (Lei 6683/79) foi considerada apenas parcialmente cumprida por debatedores que participaram de audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias no dia 29/08.



Os participantes da audiência criticaram, principalmente, as novas diretrizes do Ministério da Justiça e Segurança Pública em relação aos trabalhos da Comissão de Anistia, encarregada de decidir sobre pedidos de reparação feitos por anistiados e famílias de militantes que alegam ter sido vítimas de perseguição durante o regime militar.

Desde 2001, quando foi criada, a comissão já analisou cerca de 60 mil pedidos de indenização e ainda tem pela frente outros 15 mil.

Os debatedores reclamaram, porém, que desde o início do ano o ritmo dos trabalhos foi reduzido, assim como o número de assessores dos conselheiros, e decisões da comissão passaram a ser questionadas pela Consultoria Jurídica do ministério, o que motivou indeferimentos por parte do ministro Torquato Jardim.

Convocação do ministro

Autor do pedido para a realização da audiência, o deputado Paulão (PT-BA), presidente da Comissão de Direitos Humanos, criticou os novos procedimentos adotados pelo Ministério da Justiça e anunciou que vai colocar em votação requerimento de convocação do ministro Torquato Jardim.

“Havia mais de 30 analistas assessorando a comissão, e este número agora caiu para três, o que vai inviabilizar a análise e julgamento dos mais de 15 mil pedidos de indenização que ainda estão pendentes”, disse.

A assessoria do Ministério da Justiça, procurada para comentar as críticas feitas durante a audiência pública, não quis se pronunciar.

Memória da repressão

Não foi a única crítica aos trabalhos da Comissão da Anistia. Participantes também apontaram que projetos relacionados à memória da repressão, como o Marcas da Memória, o Memorial da Anistia e as caravanas da Anistia, estão parados.

As críticas também se dirigiram a outros órgãos, como o Ministério do Planejamento, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União (TCU) e procuradorias estaduais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Todos têm questionado indenizações concedidas pela comissão, principalmente no que diz respeito à reincorporação de anistiados a órgãos públicos, à contagem do tempo de serviço para efeitos de cálculos de aposentadoria e a beneficiários de indenizações às famílias de ex-militantes mortos.

CDHM denuncia racismo da polícia e do Judiciário em debate sobre prisão de Rafael Braga

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDHM) denunciou racismo da polícia e do Judiciário em debate realizado em audiência pública, no dia 30/08, sobre a prisão de Rafael Braga, jovem negro condenado a 11 anos de prisão por tráfico de drogas, em flagrante armado pela polícia, segundo relatos apresentados durante audiência pública (nesta quarta-feira). O caso é considerado emblemático pelos deputados e o exemplo perfeito da seletividade da Justiça. O presidente da comissão, deputado Paulão, do PT de Alagoas; e os deputados Wadih Damous e Benedita da Silva, ambos do PT do Rio de Janeiro, estiveram com Rafael Braga, no presídio de Bangu 2, onde cumpre pena. No relato, gravado em vídeo e exibido durante a reunião, Rafael conta em detalhes como foi preso por duas vezes, injustamente.



Na primeira, durante as manifestações de junho de 2013, ele, que é catador de material reciclável, havia encontrado duas embalagens de plástico de Pinho Sol e de Água Sanitária. Foi preso e condenado pelo porte de material explosivo. Após conseguir na Justiça passar para o regime aberto, ele foi preso pela segunda vez, em 2016. Conforme contou aos deputados, foi abordado por policiais e questionado sobre traficantes na comunidade onde residia com a mãe, só porque usava tornozeleira eletrônica. Ao negar-se a colaborar, foi preso com 9 gramas de cocaína e pouco mais de meio grama de maconha, plantadas pelos policiais, segundo ele. A defesa pede sua liberdade para que cumpra pena em casa já que contraiu tuberculose na prisão.

O advogado Lucas da Silveira Sada, que integra a equipe de defesa de Rafael, aponta erros e incoerências nas duas condenações. Na acusação sobre porte de material explosivo, laudos técnicos confirmaram que a fagulha incendiária só ocorre no coquetel molotov quando a garrafa de vidro se quebra e as embalagens de posse de Rafael eram plásticas. Na condenação por tráfico, a justiça levou em consideração apenas o depoimento dos policiais que fizeram a prisão, procedimento autorizado por uma súmula do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (Súmula 70). O advogado classificou os dois casos de "aberração jurídica" e denunciou o racismo do processo penal:

"Rafael é homem, é jovem, é negro, é semianalfabeto e pobre. É a imagem socialmente construída do delinquente que associa o crime e o criminoso a características raciais, estéticas, físicas e econômicas. É com esse estereótipo criminal em mente que as polícias ostensivas do país todo saem às ruas a caça de criminosos. Como funciona o raciocínio policial? Eles viram o Rafael, negro, naquela localidade da vila Cruzeiro, uma localidade que tem tráfico, com uma tornozeleira eletrônica, o estereótipo perfeito do criminoso. Então, na cabeça dos policiais, eles tinham certeza que eles poderiam abordar o Rafael para obter informações, porque eles tinham certeza de que ele era um traficante."

Autora do requerimento para a audiência, a deputada Benedita da Silva destacou que a seletividade da Justiça é ainda mais flagrante ao se comparar o caso de Rafael Braga a outro episódio recente envolvendo Breno Borges, jovem empresário do Mato Grosso do Sul, preso com 130 quilos de maconha, armas e munição, em abril deste ano. Em julho, Breno, que é filho de uma desembargadora, conseguiu aguardar o julgamento em liberdade alegando problemas psiquiátricos. Para Benedita, a comparação entre os dois casos é chocante:

"Que a gente tenha uma Justiça descente e que saiba dar uma sentença justa. Não dá é pra Rafael pegar 11 anos e quem foi achado com toneladas de drogas e armas ser colocado numa clínica para fazer tratamento. Isso está colocado claramente, é racismo, é preconceito. É uma questão de classe e de raça. Não podemos negar, absolutamente."

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara devem participar de audiência com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para discutir a situação de Rafael Braga. A audiência pública (desta quarta) contou com a presença de Adriana Braga, mãe de Rafael, mas ela pediu para não falar. Os deputados também manifestaram apoio à Campanha pela Liberdade de Rafael Braga, que pode ser acessada pelo site libertemrafaelbraga.wordpress.com.

CDHM debate medida em BH que prevê retirada de bebês de mães que usam drogas*

Uma medida polêmica adotada em Belo Horizonte desde 2014 foi tema de uma audiência pública realizada hoje no dia 05/09 pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Trata-se da retirada compulsória de bebês de mães dependentes de drogas ou em situação de rua. O procedimento, realizado com base em orientações do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e do Tribunal de Justiça do estado (TJMG) atrai críticas de médicos, defensores públicos, psicólogos e entidades que atuam em defesa dos direitos humanos.



"Nós vamos propor agora a criação de uma comissão especial para aprofundar e dialogar com as partes envolvidas, com o objetivo de encontrar alternativas que deem possibilidade de acolhermos a todos. E também fazer um diagnóstico. É só em Belo Horizonte que isso ocorre ou existem outras cidades com situações assemelhadas? Queremos avançar no sentido civilizatório da dignidade, do respeito e dos valores humanos", explicou o deputado federal Adelmo Leão (PT-MG), um dos quatro parlamentares que solicitaram a realização da audiência.

Histórico

A questão se remete a 2014, quando a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, vinculada ao MPMG, publicou recomendações que estabeleciam que os profissionais de saúde deveriam avisar à Justiça sobre o nascimento de bebês de mães dependentes químicas ou em situação de rua, podendo responder criminalmente se não o fizessem.

Os documentos não estão mais disponíveis no site do órgão. O MPMG alega que não pode fornecê-los porque não os possui mais, já que foram revogados após o assunto passar a ser disciplinado pela Portaria 03/2016, editada pela Vara Cível da Infância e da Juventude do TJMG e que seguia a mesma linha das duas recomendações do MPMG.

A portaria estabelecia que, ao constatarem evidências de que os genitores ou os recém-nascidos se encontravam em situação de vulnerabilidade ou risco, os profissionais de saúde deveriam comunicar o fato à Justiça em até 48 horas. Após ser notificado, o TJMG decidiria sobre o recolhimento do bebê a um abrigo. Essa portaria, no entanto, foi suspensa no início do mês passado por determinação da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O TJMG informou que a suspensão foi motivada pela apresentação de uma minuta para uma nova portaria, que está sendo elaborada pelo juiz Marcos Flávio Lucas Padula. Enquanto isso, as situações deverão ser analisadas pelos magistrados da Vara Cível da Infância e da Juventude, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Recolhidos

a

abrigos

O ECA garante a toda criança o direito de ser criada e educada no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Ao mesmo tempo, ele estabelece que a

manutenção ou reintegração de criança à sua família terá sempre preferência em relação a qualquer outra providência.

De acordo com informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2013 até 2016, 772 bebês foram encaminhados diretamente da maternidade para abrigos. Somente no ano passado, foram 169, uma média de 14 por mês. Dados de 17 de maio apontam a capital mineira possuía naquela data cerca de 65 recém-nascidos recolhidos diretamente das maternidades para os 14 abrigos existentes para esta finalidade.

Psicólogos e médicos avaliam que a medida é questionável, entre outros motivos, porque os profissionais de saúde estão sendo obrigados a denunciar as mães. Dessa forma, estariam sendo descumpridos os códigos de ética das profissões, nos quais se prevê o respeito ao sigilo profissional e à intimidade das pessoas.

Na opinião do médico Bruno Abreu Gomes, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a medida é também discriminatória. “A retirada dos recém-nascidos vem ocorrendo nas maternidades públicas, afetando a mãe pobre ou negra, que usa drogas ou que mora na rua. Ela não é tratada, por exemplo, da mesma forma que uma mãe de família rica e que usa drogas. Seu direito de exercer a maternidade acaba violado”.

Ele acredita também que nem os profissionais de saúde e nem os juízes do TJMG são capazes de avaliar, em um momento delicado como o pós-parto, se uma mulher possui condições de cuidar de seu filho. “É claro que existem situações em que a criança não pode ficar com a família, mas isso deve ser a exceção e não a regra, como tem acontecido em Belo Horizonte. E essa avaliação deve ser feita com investigação e acompanhamento permanente do Conselho Tutelar, dos agentes do Programa Saúde da Família e de assistentes sociais”, disse Gomes.

Direitos

A Defensoria Pública de Minas Gerais entende que a forma como os bebês estão sendo retirados de suas mães fere o ECA. Um dos problemas é que estaria sendo dada prioridade à adoção, sem antes esgotar todas as possibilidades de permanência da criança junto aos seus pais. A falta de políticas públicas para acolher essas mulheres e dar a elas a chance de se reestruturarem agrava o quadro.

Segundo o órgão, há casos, por exemplo, em que a mulher começa a se drogar porque sofre violência doméstica. Mesmo que ela se recupere, corre o risco de não conseguir ficar com a guarda de seu filho.

O ECA estabelece também que a prioridade de adoção é da família extensa, isto é, dos parentes próximos dos pais do recém-nascido. Mas a defensora pública Júnia Roman Carvalho diz que, em muitos casos, não foi dada à família extensa a chance ficar com a criança. Ela também afirma que a medida tem afetado mães que não são usuárias frequentes ou que já abandonaram as drogas.

"Às vezes, ela relata que parou o consumo quando descobriu a gravidez ou que foi dependente, mas está há anos sem fazer uso de substância ilícitas. Nem esse esforço dela de largar o uso da droga é considerado válido, forte e legítimo pra garantir seu direito à maternidade". Na opinião da defensora, o que tem sido realizado é um exercício de futurologia e um pré-julgamento, de que a mulher não dará conta ou não será uma boa mãe, sem dar a ela a chance de provar o contrário.

Excesso de proteção

Para Fabiana Gadelha, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), as recomendações do MPMG e da portaria do TJMG tentaram proteger os recém-nascidos, mas ao proteger em excesso acabaram violando outros direitos das mães e dos bebês que precisam ser observados. "Elas querem ficar com seus filhos, elas querem constituir suas famílias, muitas querem sair da rua e querem seus direitos garantidos. De que forma vamos fazer isso sem violar os direitos, em busca de uma família mais estruturada?", questiona.

De outro lado, o MPMG informou em nota que, ao assinar as recomendações de 2014, a promotora Matilde Parente havia seguido o estabelecido no ECA e na Constituição Federal. O órgão lembra também que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) confirmou que elas estavam em conformidade com as leis.

O MPMG diz ainda que, com as recomendações, a proposta da promotoria era de que fossem criadas unidades especializadas para acolher juntamente a mãe e o recém-nascido que necessitassem de atendimento devido aos problemas causados pela dependência química. Como as recomendações foram revogadas e o TJMG prepara uma nova portaria sobre o tema, o MPMG informou que a procuradora Matilde Parente irá aguardar as futuras orientações da Justiça para conceder entrevistas.

CBF não cumpre pacto contra abuso de crianças e adolescentes nos clubes esportivos, apontam deputados

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara apontaram, em reunião realizada no dia 19/09, que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não cumpre o pacto pela proteção das crianças e dos adolescentes firmado com a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 2014. O pacto incluía, por exemplo, a promoção de campanhas de prevenção dos crimes de exploração sexual; a qualificação de profissionais para atuação preventiva junto às crianças; o uso da ouvidoria da CBF para recebimento de denúncias; além da fiscalização das escolas de formação de atletas. Na época, o Brasil se preparava para a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, e a CPI promoveu esforços para organizar a proteção de crianças e adolescentes durante esses eventos.



Três anos depois, a avaliação dos parlamentares é de que o pacto não vem sendo cumprido pela confederação. O assunto foi debatido em audiência pública na comissão no dia 19/09. O presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, foi convidado, mas não compareceu.

À noite, em entrevista à Rádio Câmara, o secretário-geral da CBF, Walter Feldmann, disse estranhar as queixas. “Vejo com estranheza, já que fizemos um extenso relatório apresentado à Comissão de Direitos Humanos e Minorias e acredito, inclusive, que extrapolamos o que foi acordado”, afirmou.

Feldmann destacou a criação de programas e campanhas contra o abuso de crianças e adolescentes, desenvolvidas junto as clubes e as escolinhas de futebol. “Estamos dando um tratamento prioritário à questão”, continuou, colocando a CBF à disposição para esclarecimentos.

O ministro do Esporte, Leonardo Picciani, e representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes também foram convidados para a audiência, mas não compareceram.

Pontos não cumpridos

“A CBF cumpriu parcialmente apenas duas ações das dez previstas no pacto”, avaliou a deputada Erika Kokay (PT-DF), autora do requerimento para a audiência. Ela cita que a CBF apoiou campanhas educativas e promoveu cursos de qualificação para profissionais, mas, nesse caso, o tema do abuso sexual não foi abordado. A entidade também criou grupo de trabalho sobre o tema, mas o grupo já foi dissolvido, sem chegar a resultados.

Segundo a deputada, as denúncias de abuso e de exploração sexual nas escolinhas e clubes de futebol permanecem. A comissão vai avaliar o que pode ser feito, do ponto de vista judicial e extrajudicial, para que a CBF cumpra seu compromisso. “Não podemos permitir esse desrespeito ao Parlamento e às crianças e adolescentes”, destacou Erika.

Breiller Pires, jornalista do jornal El País Brasil, autor de reportagens sobre exploração sexual em escolinhas de futebol no País, afirmou que a CBF não cumpre, por exemplo, o ponto do pacto que prevê a fiscalização das atividades das escolas de formação de atletas, e muito menos o ponto que prevê a adoção de medidas punitivas para os clubes que descumprirem as determinações da GPI.

Conforme o jornalista, tem crescido o número de casos de abuso sexual no futebol brasileiro. Ele levantou 102 casos desde 2011; 70 desde a Copa de Mundo de 2014; e

14 casos só neste ano. Porém, estima que o número é muito maior. “No Brasil, apenas 7% dos casos de violência sexual são denunciados”, salientou. Na opinião do jornalista, parte da receita da CBF deveria utilizada para a prevenção do problema.

Conivência

“Os casos que são denunciados não correspondem nem de perto ao que ocorre na realidade”, reiterou o ex-jogador Alê Montrimas, que foi assediado durante sua carreira. Ele disse que o assunto assédio e abuso sexual no futebol é sempre colocado em segundo plano nos clubes. Para ele, alguns clubes são inclusive coniventes com os crimes, já que não divulgam os casos de abuso, mas apenas mandam embora o abusador.

Na visão dele, as crianças não entendem o que é assédio e abuso sexual e não sabem evitá-los. “Os abusadores usam do sonho de menino de ser jogador de futebol para abusá-lo”, observou. Montrimas foi jogador de futebol durante 20 anos e vem promovendo campanhas em clubes no estado de São Paulo sobre o tema.

Quilombolas e Ministério Público denunciam riscos com possível ampliação da base militar de Alcântara

Quilombolas, Ministério Público e Defensoria Pública denunciam riscos aos direitos humanos e à soberania nacional com possível ampliação da base militar de Alcântara, no Maranhão. Deputados querem convocar representantes do governo que foram convidados, mas não compareceram à audiência pública sobre o tema realizada no dia 20/09, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). Entre outras atividades, a base de Alcântara serve para o lançamento de foguetes. Integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Paulo Maldos afirmou que, apesar da falta de informações oficiais, as ameaças às comunidades quilombolas que vivem no entorno da base são concretas e vêm das seguintes fontes.



"Após uma visita à base espacial, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, teria dado declarações à imprensa do Maranhão dizendo que precisa de mais 12 mil hectares para a ampliação da base. Vazaram também informações sobre reuniões ocorridas no Palácio do Planalto do tipo: 120 dias para que as comunidades fossem deslocadas. E o

ministro Raul Jungmann declarou nesta Casa, em audiência pública, que o governo brasileiro havia retomado as discussões internas a respeito de acordos da Base Alcântara e que já estava com diálogo aberto com os Estados Unidos".

Moradora da região, a quilombola Luzia Diniz disse que a comunidade não admite a repetição de erros do passado, como o que levou à remoção forçada dos quilombolas para agrovilas a fim de permitir a construção da base, 30 anos atrás.

"É muito triste a situação porque essas pessoas passaram a ser chamadas como 'os miseráveis das agrovilas'. Eu não aceito isso. É muito triste a gente ver os filhos da gente sofrendo sem a gente poder fazer nada. E ver eles (da base) passando por cima, de avião, e dizendo na imprensa que nós estamos bem nas agrovilas. Quando a Aeronáutica implantou o projeto deles lá, eles pensaram até em maternidade para porco, mas não pensaram em um hospital ou uma maternidade para as nossas mulheres ganharem seus bebês. A gente não aceita mais essa falta de respeito. E eu registro aqui o meu repúdio contra qualquer tipo expulsão de área de quilombo".

Os quilombolas denunciam ainda que a atual base militar funciona sem licenciamento ambiental adequado e que existe acordo assinado entre as comunidades e o governo federal para que a área não seja ampliada. Para a procuradora regional da República Eliana Torelly, o governo também estaria violando a convenção (169) da Organização Internacional do Trabalho, que exige consulta prévia às comunidades tradicionais em caso de possível deslocamento territorial. Torelly visitou Alcântara e disse que a falta de informações tem efeito "perverso" e cria "pânico" entre os quilombolas.

"A falta de transparência é tão completa que passamos lá, algum tempo, discutindo possíveis cenários. E essa situação tem causado um temor enorme nessa comunidade. Essas pessoas já passaram por situações extremamente traumáticas".

O Ministério Público e a Defensoria Pública já pediram informações precisas ao governo e não obtiveram sucesso. Em acordo com outros parlamentares da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Zé Carlos, do PT do Maranhão, anunciou uma futura visita de parlamentares à região, além de um conjunto de ações, algumas ainda dependentes de aprovação do colegiado.

"Que a comissão cobre do Ministério da Defesa transparência sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, especialmente quanto à situação das comunidades quilombolas que vierem a ser atingidas, à possível violação dos acordos firmados entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas em 1983 e a eventuais negociações entre Brasil e outros países interessados no centro de lançamento. E que a comissão, por fim, convoque o ministro da Defesa para que ele preste explicações acerca do centro".

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas também participou da audiência e denunciou a existência de "racismo institucional" no Estado brasileiro, marcado pela demora na demarcação de terras quilombolas e redução no orçamento das políticas públicas voltadas para as comunidades. A Conaq também cobrou a elucidação dos assassinatos de lideranças quilombolas. Já são 14 em todo o Brasil, desde o início do ano: a mais recente ocorreu na terça-feira, dia 19, quando o líder do Terreiro Quilombola de Pitanga dos Palmares, na Bahia, foi morto a tiros na zona rural do município de Simões Filho.

Religiosos e deputados defendem diálogo para combater intolerância de crença

Debatedores e deputados sugerem diálogo e força-tarefa para conter a intolerância religiosa no país. O tema foi debatido no dia 27/09 por representantes de várias religiões em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). Representante do candomblé na Comissão de Combate à Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro, Ivanir dos Santos mostrou dados governamentais que apontam aumento no número e na gravidade dos casos. "É um fenômeno que está em todo o país. E os dados dizem, especificamente no Rio de Janeiro, quem são os mais agredidos: em torno de 72% são de religião de matriz africana; o segundo grupo é de evangélicos, **os neopentecostais contra os reformados; depois, os católicos**", informou.

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Foram citados vários casos de violência, como apedrejamento de candomblecistas e umbandistas, queima de terreiros e restrição à entrada de seguidores de religiões de matriz africana em determinados espaços. A situação tem piorado no Rio de Janeiro, onde as autoridades identificaram a perseguição de traficantes de drogas a pais e mães de santo. Só nas favelas da zona norte do Rio, 40 deles foram expulsos pelo tráfico, segundo a Associação de Proteção dos Adeptos do Culto Afro-Brasileiro e Espírita. A polícia acaba de indiciar 10 traficantes por suspeita de ordenarem ou participarem de ataques a centros de umbanda e candomblé no estado. Os suspeitos são ex-presidiários convertidos a religiões evangélicas durante a prisão. Historiadora e ex-integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Wânia Santana disse que o Estado brasileiro "não pode se manter em silêncio" diante da escalada de violência de cunho fundamentalista. "Esse é um problema de todos nós. Ou nós saímos dessa juntos, ou seguramente iremos para o buraco juntos. O que está em jogo é o destino e a harmonia da sociedade brasileira", declarou.

Também participaram da audiência representantes do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), do Coletivo de Entidades Negras e especialistas em políticas públicas de diversidade religiosa. Em linhas gerais, eles sugeriram ações articuladas do Parlamento, do Ministério Público e da Defensoria Pública, além da elaboração do Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa e da criação de uma rede pública com representantes de todas as religiões.

Pastora e representante do Conic, Romi Márcia Bencke admitiu a necessidade de autocrítica entre os cristãos. "Os cristãos têm que refletir sobre seu rosto intolerante, pouco aberto ao diálogo e não coerente com o evangelho de Cristo. Hoje assiste-se à

instrumentalização da fé Cristo para agredir outras fés. Percebe-se a intolerância quando há religião hegemônica e é o Cristianismo que tem promovido isso desde o início do Brasil", disse em referência aos indígenas e aos negros escravizados. Bencke também identifica discurso religioso misógino e LGBTfóbico entre os cristãos. "O caminho do diálogo é fundamental", acrescentou.

Alguns participantes do debate também defenderam a aprovação do projeto de lei [7582/14](#), da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que criminaliza vários tipos de discriminação, inclusive a religiosa.

A audiência pública foi iniciativa do deputado Luiz Couto (PT-PB) que é padre e aposta no diálogo. "Buscar esse diálogo é fundamental. Um diálogo que seja generoso e solidário, como aquilo que Jesus coloca de amar ao próximo como a si mesmo", disse.

Pastor da Igreja Batista Solidária, o deputado Lincoln Portela (PRB-MG) participou como palestrante e manifestou preocupação com "generalizações" que culpam os evangélicos pelas agressões às religiões de matriz africana. Portela lembrou que os evangélicos também são vítimas de perseguições históricas e fez discurso em prol do respeito mútuo. "Que todos nós sejamos respeitados, porque é a cultura do desrespeito que gera a violência e ela, às vezes, costuma passar por quase todos nós", argumentou.

Ensino religioso

Na audiência, alguns deputados e palestrantes também criticaram a decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada nesta quarta, de admitir o caráter confessional do ensino religioso nas escolas públicas. Na prática, a medida permite que as aulas sigam a orientação de uma religião específica, o que desrespeita o Estado laico previsto na Constituição, segundo a deputada Érika Kokay (PT-DF). "A decisão do Supremo fere a laicidade do Estado e ferir a laicidade do Estado é ferir a democracia. A nossa humanidade pressupõe a diversidade", afirmou.

Kokay também sugeriu a criação de um grupo na Comissão de Direitos Humanos para acompanhar os desdobramentos de casos de intolerância religiosa no Brasil.

CDHM debate aumento de mortes de policiais no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu no dia 04/10, atendendo a um requerimento aprovado no colegiado de autoria de seu presidente, deputado Paulão (PT-AL), uma audiência pública para debater o aumento no número de mortes de policiais no Brasil.

Para o deputado Paulão, o debate fomentou uma nova cultura de segurança pública no país. "É urgente a redução das alarmantes estatísticas de violência no Brasil. Para tanto, temos que adotar uma agenda proativa orientada por valores de cidadania, que valorize os policiais, respeite suas especificidades, mas que ao mesmo tempo reumanize o profissional da segurança pública", afirma o parlamentar alagoano.

A realização da audiência foi motivada pelos altos números de policiais mortos, seja em serviço ou não. Apenas no Rio de Janeiro, mais de 100 policiais morreram em 2017. Os dados sobre as mortes de policiais no Brasil, trazidos no 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revelam que estes profissionais são mortos três vezes mais fora de serviço do que em serviço e que entre os anos 2009 a 2015 foram 2.572 policiais mortos no país. Nenhum outro país do mundo ostenta tais números.

Como forma de comparação, o número de policiais mortos no Brasil em um ano é o mesmo que as mortes de policiais na Inglaterra em 98 anos. Nos EUA, morreram 41 policiais em serviço no ano de 2015, contra 103 no Brasil, ou seja, mais que o dobro. De acordo com uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Núcleo de Estudos sobre Organizações e Pessoas, da FGV – EAESP, 61,9% dos policiais responderam afirmativamente quando perguntados se conheceram policiais próximos, ou relativamente próximos, que foram executados. Já fora de serviço, 70% dos policiais disseram que já tiveram algum colega próximo vítima de homicídio.

“Como a baixa remuneração é quase regra na maioria das unidades da federação, policiais são impelidos a fazer “bicos” para sustentar suas famílias, expondo-se a situação de vulnerabilidade à violência. Diante da situação de tantas vidas perdidas, notamos que muitos governos e governantes não demonstram atenção com a morte dos policiais. As famílias de policiais mortos passam por situações vexatórias para que a pensão ou o seguro seja pago, ficando em situação de extrema vulnerabilidade social. O estado brasileiro precisa enfrentar essa situação rompendo o círculo vicioso da leniência e inapetência adotando políticas públicas que combatam os fatores que causam o morticínio dos policiais”, destaca o deputado Paulão.

Líderes indígenas reclamam de cortes no orçamento para programas educacionais

Censo da Educação Básica de 2016 apontou que, de 3,2 mil escolas indígenas, 30% ocupam espaços improvisados, 57% não têm água tratada e 48% estão sem esgoto.

Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Lideranças de várias etnias que participam em Brasília de um fórum nacional de educação indígena estiveram em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos

Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), no dia 17/10, para reivindicar que o tema seja tratado com prioridade pelo governo federal.

A maior preocupação é com os cortes no Orçamento, que já estão afetando várias políticas públicas destinadas aos índios. Segundo os representantes da sociedade civil na audiência pública, a perspectiva para 2018 não é animadora.

Dados do Ministério da Educação revelam a precariedade do sistema, disseram os líderes. Pelo Censo da Educação Básica de 2016, há 3,2 mil escolas indígenas no País, nas quais o ensino é em português e na língua da etnia da região, com 18 mil professores e 254 mil alunos. Mas 30% delas não têm prédio próprio e ocupam espaços improvisados; 57% não têm água tratada e 48% estão sem esgoto.

Tratamento diferenciado

Rita do Nascimento, diretora de Políticas de Educação no Campo, Indígena e para as Relações Étnico-raciais do Ministério da Educação, reconheceu as falhas.

"Falta ao Estado brasileiro, aos órgãos de gestão, desde a União, estados e municípios, dar um tratamento diferenciado para que, de fato, esse projeto político-pedagógico com base na especificidade, na interculturalidade, no bilinguismo, possa ser realizado."

Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Indígena, Teodora Guarani deu o exemplo de Mato Grosso do Sul, onde nem todas as crianças indígenas estão na escola.

"É preciso que o ministério, junto ao FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação], aos nossos deputados que são parceiros, possa pensar em estratégias diferenciadas dentro do sistema, com um modelo de educação para o atendimento dessas crianças, porque a lei é muito clara, o direito à educação é um direito fundamental, é um direito de todos."

Papel do Congresso

Para o deputado João Daniel (PT-SE), que pediu a realização do debate, é do Congresso a responsabilidade pelos cortes orçamentários prejudiciais às políticas públicas dos chamados "povos originários".

"Nós precisamos discutir, porque que esta Casa e o Senado aprovaram um congelamento de gastos que agora ameaça grandes projetos fundamentais, entre eles a questão dos programas indígenas, incluindo a educação." As lideranças indígenas salientaram que os cortes também afetam a formação de professores.

Cinco universidades federais têm licenciaturas indígenas, mas, como não fazem parte dos cursos permanentes das instituições, dependem frequentemente da liberação de verbas.

CDHM debate os desafios da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Audiência pública para discutir os desafios e limites da política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas foi realizada, no dia 24/10, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados.

Criada pela Lei nº 10.216/2001, a Política Nacional de Saúde Mental é um marco na proteção e na defesa dos direitos humanos, ao consolidar um modelo humanizado de atenção à saúde mental, priorizando reabilitação psicossocial e a reinserção social das pessoas em sofrimento psíquico ou dependência química. A audiência pública do dia 24 vai discutir os desafios atuais em cenário de cortes de recursos e de retrocessos.

Participaram da audiência como expositores, o Sr. **PAULO AMARANTE** – Presidente de Honra da Associação Brasileira de Saúde Mental e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Sra. **ILANA KATZ ZAGURY** – Doutora em Psicologia e Educação, representante do Conselho Federal de Psicologia; Sr. **EDUARDO MOURÃO VASCONCELOS** – Representante da Subcomissão de Saúde Mental e Drogas do Conselho Nacional de Direitos Humanos; Sr. **ROGÉRIO GIANINI** – Presidente do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Leonardo Pinho – Conselho Nacional dos Direitos Humanos; Sr. **LEONARDO PINHO** – Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos; Sra. **SHIRLENE QUEIROZ** – Psicóloga e Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Sr. **DANIEL BARROS** – Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos; Sr. **ALDEMYRO DE FIGUEIREDO ROLIM** – Associação Brasileira de Redução de Danos; e Sr. **JOSÉ ALVES** – Usuário da Associação Amigos São Vicente de Paula.

Segundo o presidente do Centro de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Leonardo Pinho, o país vive cortes de programas e ações direcionadas aos usuários das políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, como também anúncios de retorno de financiamento de leitos psiquiátricos. “A audiência do dia 24 faz parte do processo de mobilização para defender a reforma psiquiátrica e o aprofundamento e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Para procurador e ativistas, há desmonte das políticas de combate ao trabalho escravo no País

Juristas denunciaram na Câmara, o que classificaram de “desmonte” das políticas públicas de combate ao trabalho escravo no País. As críticas foram feitas em audiência pública realizada no dia 25/10 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) que debateu a Portaria 1.129/17, do Ministério do Trabalho, sobre a regulamentação do combate ao trabalho em condições análogas às de escravidão.

Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



Publicada no Diário Oficial da União no último dia 16, a portaria está suspensa por decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber, em caráter liminar.

Lista suja

Procurador do Trabalho, Tiago Muniz Cavalcanti criticou o que chamou de falta de compromisso do atual governo em publicar a “lista suja do trabalho escravo”, com os nomes de empregadores autuados pelo delito.

“Foi necessário que o Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizasse uma ação civil pública exigindo judicialmente a divulgação do nome de empresários da lista suja”, disse.

Segundo ele, se a portaria entrar em vigor, a publicação da lista pode ser comprometida, uma vez que o texto original prevê atualização, a cargo do ministro do Trabalho, restrita a duas vezes ao ano, em junho e novembro.

A vice-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Fabiana Severo, disse que, antes da publicação da portaria, o conselho havia recomendado maior transparência na divulgação da lista. Além disso, o órgão sugeriu a discussão do tema em foruns específicos, com a participação da sociedade civil.

“Fomos ignorados e agora o ministro vem novamente tratar não só da lista suja, mas também tentar esvaziar o próprio conceito de trabalho escravo”, criticou a defensora pública.

Fiscalização

Tiago Cavalcanti, que coordena no MPT os esforços de erradicação do trabalho escravo, acrescentou que o “retrocesso” em relação ao tema também se evidencia no corte de recursos públicos e humanos para a fiscalização. Ele informou que o número de resgates de pessoas em situação de trabalho escravo caiu de 680, em 2016, para 110, em 2017.

O deputado Luiz Couto (PT-PB), que solicitou a audiência junto com Patrus Ananias (PT-MG), ressaltou a urgência na fiscalização do trabalho escravo urbano, sobretudo das empresas que exploram mão-de-obra de imigrantes. “Na CPI do Tráfico de Pessoas apareceu com muito destaque essa situação”, lembrou.

Coação armada

De acordo com a portaria, uma das condições para um trabalho ser considerado análogo ao de escravo é a existência de vigilância armada para coagir o trabalhador.

Na opinião da procuradora Ana Carolina Roman, essa é uma das imprecisões do texto. “Nós sabemos que a coação exercida sobre o trabalhador pode ser de muitas formas, inclusive a psicológica, além da retenção de documentos e de salários”, disse.

Roman, que atua na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público Federal (MPF), observou ainda que o Brasil foi condenado pela Corte de Direitos Humanos, em outubro de 2016, por exploração e violação de trabalhadores na fazenda Brasil Verde.

Na época, a Corte reconheceu a existência de um quadro de “discriminação estrutural” de trabalhadores no País, com base em relatório da atual procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

Direito de defesa

O deputado Nelson Maquezelli (PTB-SP) defendeu a portaria e disse ser “fantasiosa” a acusação de que a bancada ruralista teria influenciado sua elaboração.

Ele qualificou o texto de “democrático” e destacou artigo que garante ao proprietário fiscalizado o direito de se defender de auditoria que aponte a existência de condições análogas ao trabalho escravo em sua propriedade.

CDHM e CMADS promoveram audiência sobre os dois anos do rompimento da barragem da Samarco

As Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) promoveram no dia 23/11 audiência pública para debater os impactos sociais e responsabilidades em torno do rompimento da barragem da empresa Samarco em Mariana (MG), episódio que completou dois anos no início do mês. A realização do debate atendeu a requerimentos aprovados nas duas Comissões pelos deputados Padre João (PT-MG), no âmbito da CDHM, e Nilto Tatto (PT-SP), presidente da CMADS.



A CDHM vem apurando violações de direitos humanos deste caso desde o rompimento da barragem, em novembro de 2015, entre os quais o não atendimento a pessoas

atingidas e não cadastradas como tal; problemas de saúde resultante da qualidade da água captada para consumo humano; discriminação contra mulheres pescadoras; indenização insuficiente a famílias afetadas; e desmobilização e criminalização de movimentos sociais. Todas essas denúncias foram consolidadas no relatório sobre audiência e diligência realizadas pela CDHM em 2016, publicado na página do colegiado no sítio da Câmara dos Deputados.

O deputado Padre João explica o objetivo da audiência: “Vamos ouvir os relatos trazidos por representantes das comunidades atingidas, representantes de entidades, movimentos sociais, empresas e órgãos públicos envolvidos, acerca da eficácia das medidas em andamento, para mitigar os impactos sociais do desastre, e dos problemas acima apontados, identificados pelos parlamentares desta Comissão. Consideramos que o depoimento dos representantes locais enriquecerá a percepção dos parlamentares, sobre o drama das famílias atingidas pelo desastre”, afirma o parlamentar mineiro.

Poucos avanços

Presidente da CMADS e membro da CDHM, o deputado Nilto Tatto denuncia que muito pouco foi feito na mitigação dos impactos da maior tragédia ambiental do país: “Passados dois anos do rompimento da barragem, ainda não há um plano de recuperação das áreas atingidas. Os planos apresentados pela Samarco, até agora, não foram aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e a população afetada pelo maior desastre ambiental do Brasil ainda sofre as consequências”.

Segundo o promotor do Ministério Público de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, ele acreditava que, um ano depois, o trabalho do órgão estaria focado na fiscalização das ações de recuperação. Mas a realidade é outra. “Hoje, não. A gente se encontra fiscalizando obras emergenciais, que são feitas para garantir segurança de Candonga ainda, porque a lama não foi retirada dos rios, afirmou.

CDHM foi a Alagoas debater os direitos humanos dos portadores de doenças raras no Brasil.

Foi a primeira vez que um parlamentar conduziu parte do debate dentro da casa de um palestrante, no caso em questão, o Dr. Hemerson Casado, uma das maiores referências em cirurgia cardiovascular do país e que em 2012 foi diagnosticado com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica). Devido os sintomas da doença, que dificultam a locomoção e impedem a fala de Hemerson, o deputado Paulão e assessores técnicos da Comissão foram até sua residência para a condução da audiência pública sobre violações de Direitos Humanos de pessoas com doenças raras.

Participaram como convidados o Dr. Fernando Tenório Gameleira, médico neurologista do Hospital Universitário (UFAL); da Maternidade Santa Mônica (UNCISAL) e Vice-presidente d do Sindicato dos Médicos de Alagoas e o Dr. Fabrício Leão Souto, Defensor Público do Núcleo da Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.

O evento foi transmitido pelo Facebook da CDHM e as participações dos expositores foram online, transmitida ao vivo pelo sistema Hangouts para a Câmara dos Deputados.

CDHM debate situação dos Direitos Humanos no Brasil

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizará na próxima quarta-feira (06/12), a partir de 14 horas, no Plenário 9 do Anexo II, audiência pública que avaliará a situação dos Direitos Humanos no Brasil a partir do diagnóstico produzido por entidades com atuação na temática. O debate é fruto de iniciativa do deputado Patrus Ananias (PT-MG), em alusão aos 69 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na programação, serão apresentados relatórios anuais do Conselho Nacional de Direitos Humanos, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; a apresentação da campanha Vidas Negras, pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância); o balanço da Comissão Pastoral da Terra sobre a questão da violência no campo, que tem vitimado camponeses e indígenas; cartilha sobre Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica, além de relatório do Conselho Federal de Medicina que denuncia o estado falimentar do Sistema Único de Saúde (SUS), violando o direito humano à saúde dos brasileiros.

Participaram, como expositores da referida audiência, o Sr. Darci Frigo - Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos; a Dra. Déborah Duprat - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; Sra. Luz Arinda Barba Malves - Coordenadora-Substituta do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura do Ministério dos Direitos Humanos; Sra. Tatiana Fátima Ribeiro – Teóloga e Reverenda da Diocese Anglicana de Brasília e o Sr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro – Presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina.

Movimentos sociais anunciam apoio a campanha pelo fim do teto de gastos

Representantes de vários movimentos sociais disseram em audiência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), realizada em 14/12, que vão fortalecer a campanha pela revogação da emenda constitucional (EC 95/16) que criou um teto de gastos públicos.

Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados



O Orçamento de 2018 será o primeiro com o teto de gastos, pois o de 2017 ainda abriu exceções para saúde e educação. Pela emenda, as despesas podem subir apenas pela inflação até 2036.

O governo argumenta que o teto de gastos é necessário para que o país consiga economizar recursos de impostos para amortizar a dívida pública, que é crescente.

O deputado Paulão (PT-AL), presidente da comissão, confirmou que o assunto está na agenda para 2018. "O ano pode se encerrar, mas a nossa luta para garantir promoção dos direitos humanos seguirá incansável", disse.

Estudos

Os movimentos sociais criticaram cortes na área social por causa da emenda. Estudo preparado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, Oxfam Brasil e Centro para os Direitos Econômicos e Sociais – e divulgado na reunião – mostra que seis brasileiros concentram a mesma riqueza dos 50% mais pobres do País.

Nesta semana, o economista francês Thomas Piketty e seu grupo também divulgaram uma pesquisa na qual o Brasil aparece na liderança mundial de concentração de renda, com 1% da população detendo 28% da renda nacional.

Grazielle David, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), disse que os dados revelam a necessidade de tributar mais os mais ricos, evitando o corte de gastos sociais. Grazielle citou como exemplo de corte o Programa de Aquisição de Alimentos, que atende pequenos produtores e famílias em situação de insegurança alimentar. Segundo o estudo, entre 2014 e 2017, o programa sofreu corte de 76%.

Depoimentos

O coordenador nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Denildo Moraes, disse que os recursos para a assistência aos quilombolas quase não existem mais, o que aumenta problemas como o da violência. Segundo ele, 25 pessoas do movimento foram assassinadas em 2017.

"Aqueles que nunca tiveram passaram a ter algo nos últimos anos, mas agora acabou tudo de novo. Quando nós estávamos pensando que tínhamos alguma coisinha, retiraram, puxaram o tapete", lamentou.

Coordenadora da DHEsca Brasil Plataforma de Direitos Humanos, Denise Carreira divulgou, na audiência, relatório de entrevistas com pessoas atingidas pelos cortes orçamentários, como quilombolas e indígenas.

PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS E SEMINÁRIOS PROMOVIDOS POR OUTRAS COMISSÕES

Audiência Pública provoca debate sobre a situação dos Correios

A audiência foi resultado da aprovação de requerimentos dos Deputados Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) e Júlio Cesar (PSD/PI), da CFT; Paulo Magalhães (PSD/BA), Presidente da CCTCI; Valadares Filho (PSB/SE), Presidente da Cindra e Luiz Couto (PT/PB), da CDHM.

A Comissão de Finanças e Tributação se reuniu, no dia 20/04, em audiência pública conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), para debater sobre a situação dos Correios.

De acordo com o Presidente dos Correios, Sr. Guilherme Campos, a Instituição atua hoje em 5.570 municípios e possui uma presença que nenhuma empresa pública ou privada possui neste país. Guilherme carrega a missão de recuperação dos Correios, e afirma que a situação não é da empresa contra os empregados e nem os empregados contra a empresa, mas pela manutenção de uma empresa que tem uma história de 354 anos junto com o Brasil.

“Fizemos cortes expressivos em funções e posições do organograma, com efeitos a partir desse ano. Além da busca por outras atividades, como o Correio celular”, esclarece Guilherme, garantindo trabalhar nisso com muito empenho.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), autor do requerimento na CFT, desaprova qualquer radicalismo e faz uma análise entre os membros de uma empresa. Ele sustenta a ideia de que “a sobrevivência de qualquer estatal está na compreensão e capacidade de diálogo entre os governantes e gestores com os seus servidores”. Hauly explica que o distanciamento entre eles gera a aproximação da crise.

O Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios – FENTECT, Sr. José Rivaldo, também repudia qualquer comportamento radical e defende que os Correios devem apresentar um plano para aumentar a receita antes de realizar cortes dos servidores.

Exibição do documentário “Entre os Homens de Bem”

Depois de rodar os principais festivais de cinema do Brasil, o documentário "Entre os Homens de Bem" foi exibido em audiência pública realizada no dia 17/05 pela Comissão

de Legislação Participativa, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Na sequência, teve debate sobre os direitos da população LGBT no Brasil, com enfoque para o andamento dessa pauta no congresso Nacional.

Participaram do debate o deputado federal Jean Wyllys; a filósofa e articulista Marcia Tiburi e os diretores do filme Carlos Juliano Barros e Caio Cavechini.

O documentário aborda o avanço do conservadorismo e do fundamentalismo cristão no Congresso Nacional, seguindo os passos de Jean Wyllys e retratando os bastidores do coração do poder do Brasil.

Câmara dos Deputados debate em seminário o tema: Saúde como direitos

Gustavo Bezerra



A Saúde como Direito Humano foi tema de seminário realizado, no dia 08/08, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Legislação Participativa; da Mulher; Seguridade Social e Família e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Para alguns participantes do encontro, uma das principais preocupações foi em relação à falta de investimentos adequados na saúde, ameaçando um direito constitucional.

Ronald Santos, presidente do Conselho Nacional de Saúde, afirmou que as principais conquistas da Constituição de 1988 não estão sendo devidamente valorizadas. Segundo Santos, o subfinanciamento coloca em risco o próprio Sistema Único de Saúde, que é reconhecido internacionalmente:

"Saúde não se compra, não é uma mercadoria. Ao ser um direito, saúde se faz. E ao se fazer saúde, você necessita de políticas públicas. E ao se fazer saúde, você necessita de políticas intersetoriais. Ao se mudar a lógica dessa atividade econômica, talvez a única reforma do Estado brasileiro que se operou a partir da Constituição de 88 foi justamente essa: de apontar para esse direito humano a condição de direito, e não mais de uma commodity que está a serviço do mercado."

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Débora Duprat, lembrou que a Constituição prevê investimentos em saúde e educação como forma de garantir o sucesso de políticas públicas. Segundo ela, o objeto foi estender, a toda sociedade, direitos que eram garantidos, até então, a apenas a uma pequena parcela da população.

"O financiamento é uma questão constitucional fundamental na questão da saúde pública. E como um direito individual e um direito da sociedade, é um direito que não pode estar submetido a retrocessos de qualquer tipo. Então, a redução no investimento é um retrocesso que compromete aquele elenco, aquele conjunto de direitos fundamentais."

Débora Duprat defende que a emenda constitucional que limitou os gastos públicos seja declarada inconstitucional. Segundo a procuradora, a falta de financiamento coloca em risco o funcionamento do SUS e pode agravar o quadro de desigualdade social no País.

Já a representante do Ministério da Saúde, Musa Denaise de Sousa, destacou os esforços do órgão em criar políticas que têm como foco as populações mais vulneráveis, como deficientes, dependentes químicos e idosos, e que o principal desafio das políticas públicas é garantir a diminuição das desigualdades regionais.

Educação no campo foi tema de audiência pública na Câmara dos Deputados

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Educação e de Agricultura, realizaram audiência pública no dia 28/09, para debater "sobre o cenário atual das políticas públicas de educação no campo e suas perspectivas".

A discussão foi proposta pelo dep. Padre João (PT/MG). No requerimento para que fosse feita a discussão, o parlamentar do PT mineiro destacou que "entender e buscar soluções para os atuais problemas que estão engessando a educação do campo constituída de estudantes pertencentes a grupos sociais da reforma agrária e que praticam a agricultura familiar".

Comissões debatem combate a violência contra estudantes LGBTs em escolas

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Direitos Humanos e Minorias promoveram, no dia 18/10, audiência pública para debater sobre as experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai no combate à violência contra estudantes LGBT. O debate atendeu a requerimentos dos deputados Jean Wyllys (Psol-RJ); Jô Moraes (PCdoB-MG); Erika Kokay(PT/DF) e Chico Alencar (Psol-RJ).

De acordo Jean Wyllys, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional com Adolescentes e Jovens LGBT, realizada neste ano em seis países - Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru e Colômbia, reuniu subsídios importantes para fundamentar a adoção de políticas públicas necessárias que possibilitem transformar as instituições educacionais em ambientes mais seguros e acolhedores para estudantes LGBT.

"Após os alarmantes resultados apresentados na pesquisa realizada no Brasil, na qual 73% dos estudantes LGBT sofrem bullying, 60% se sentem inseguros no ambiente escolar e 37% apanham ou apanharam dentro das escolas, é urgente que avancemos

nas políticas públicas educacionais que venham promover um ambiente escolar pacífico e justo a todos e todas os/as estudantes”, afirma.

OUTRAS ATIVIDADES

CDHM debate criação de rede de proteção e defesa dos Direitos Humanos durante encontro em Maceió

Constituir uma rede de proteção e defesa dos direitos humanos no País, com a ajuda dos conselhos estaduais e instituições democráticas como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades brasileiras foi uma das propostas de consenso tirada em debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada no dia 15/05, em Maceió/-AL.



O evento, organizado pelo presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL) contou com representantes da sociedade civil organizada, professores da Universidade Federal de Alagoas, do Conselho Federal da OAB além de servidores públicos que militam no segmento.

A comissão expôs os dramas vividos atualmente por setores da sociedade, como jovens negros, quilombolas, índios e representantes do movimento LGBT, bem como as mulheres, que têm sido vítimas de violência no dia a dia, diante da omissão dos gestores das unidades federativas no País.

Em sua exposição, o advogado Everaldo Patriota, conselheiro federal da OAB, condenou o retrocesso das políticas brasileiras durante o governo Temer e considerou fundamental a iniciativa da CDHM para retomar a luta em defesa de políticas que valorizem à cidadania.

É o que pensa também o vice-presidente da OAB de Alagoas, Ednaldo Maiorano, destacando que a instituição não pode ficar à margem desse processo de retrocessos dos direitos humanos, pois depõem contra a democracia.

As 17 entidades de instituições alagoanas em defesa dos Direitos Humanos presentes no debate se posicionaram em apoio à iniciativa da Comissão e firmaram compromissos em atuar na constituição e defesa da rede de proteção dos direitos humanos.

O presidente da Comissão, deputado Paulão, destacou que a iniciativa de levar esse debate pelo Brasil, a partir da audiência realizada em Maceió tem um significado simbólico, diante dos números da violência no Estado que voltaram a crescer. “Voltaremos à capital alagoana para realizar atividades em áreas de risco para jovens negros e pobres da periferia que estão sendo exterminados nas periferias”, antecipou o deputado.

Encontro Nacional de Direitos Humanos

Construir juntos uma agenda democrática para os direitos humanos com o objetivo de reverter o atual cenário de regressão em direitos e liberdades, o Encontro Nacional de Direitos Humanos reuniu representantes de organizações sociais e do poder público, nos dias 8 e 9 de novembro em Brasília, para construir uma agenda de lutas e políticas sociais na área. Concebido como espaço de reflexão, troca de experiências e formulação de estratégias, o Encontro foi aberto à militância e aos agentes públicos comprometidos com toda a diversidade da agenda dos direitos humanos, tendo como marcos de referência os três planos nacionais da área, as 11 conferências nacionais e as novas pautas de direitos. A democracia passa pela reafirmação dos direitos humanos e pela construção coletiva de práticas políticas, sociais e econômicas que excluam todas as formas de intolerância e desrespeito aos valores humanistas. O Encontro Nacional foi um espaço para enfrentarmos juntos esses grandes desafios.

A demarcação de terras indígenas e quilombolas, políticas para adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas e combate à violência contra as populações LGBT estão entre os temas definidos

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Especialistas em direitos humanos pediram, nesta quinta-feira (09), que o governo federal adote políticas públicas de demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Eles defenderam a manutenção do decreto [4887/03](#), que define regras para a demarcação de terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas.

Em 2004, o DEM entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questionando a validade do decreto. A questão ainda é discutida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que pode julgar a constitucionalidade da medida nos próximos dias.

Durante encerramento do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2017, o deputado Paulão (PT-AL) repudiou a derrubada do decreto.

“Isso seria um caos social para centenas e milhares de comunidades. A questão da luta agrária e a violência no campo que aumentou somadas a uma pauta reativa nesta Casa, onde você tem uma pauta anticivilizatória”, reagiu o parlamentar que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Especialistas e parlamentares que participaram do evento também cobraram do Executivo políticas de acesso à educação e ao trabalho direcionadas a adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas.

“Cada vez mais aceita-se como natural que existam vidas matáveis, que a cada momento são seletivamente escolhidas pelo sistema de morte”, diz a carta de intenções elaborada pelas comissões de Direitos Humanos da Câmara, de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em conjunto com a sociedade civil.

Eles condenaram a aprovação das propostas do pacote de segurança pública, entre elas o Projeto de Lei [2862/04](#) que retira do Código Penal (Decreto-Lei [2.848/40](#)) o atenuante obrigatório da pena para agentes menores de 21 anos. O texto foi aprovado nesta terça-feira (07) pelo Plenário da Câmara.

O deputado Wadih Damous (PT-RJ) repudiou a aprovação dessa medida. “Propostas como essa passam despercebidas, só se começa a perceber os efeitos quando os verdadeiros destinatários, que são os nossos jovens negros e pobres, favelados começam a sentir na pele”, disse.

Minorias

O grupo de especialistas também sugeriu a criação de banco de dados com informações sobre homicídio, lesão corporal, bullying e outras formas de violência contra as populações LGBT.

Para o ativista dos direitos de LGBTI, Toni Reis, o momento atual é de recrudescimento da intolerância contra negros, mulheres, e sobretudo a comunidade LGBTI.

“Há um caso recente, no interior de São Paulo, de um irmão que foi defender a irmã por ser transexual e acabou sendo barbaramente assassinado. É esse tipo de violência que precisamos combater”, alertou.

Já a diretora de direitos humanos na Prefeitura de Nova Iguaçu (RJ), Deyse Marcelo, condenou o enfraquecimento da garantia à liberdade religiosa

“Nós temos diferentes terreiros de matriz africana, umbanda e candomblé, sendo depredados e destruídos por traficantes armados que se auto intitulam 'Traficantes de Cristo'. Não só depredam, como proíbem, nesses terreiros, os pais e mães de santo de realizarem seus preceitos, realizarem o seu culto”, relatou a psicóloga.

Outra questão destacada foi a garantia dos direitos da população em situação de rua, como forma de combater “violações e extermínios” cometidos contra essas pessoas.

Para tanto, os especialistas apoiaram o Projeto de Lei [5740/16](#), do deputado Nilto Tatto (PT-SP), que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Subcomissões criadas em 2017

- 1) **Subcomissão da Verdade** sobre os Manicômios no Brasil, para resgatar a memória e a história dos holocaustos, na perspectiva de romper com a lógica manicomial e contribuir para a implementação da Reforma Psiquiátrica. Requerimento nº 18/2017, de iniciativa da Deputada Érika Kokay.
- 2) **Subcomissão Especial** sobre racismo e discriminação de crianças nas escolas. Requerimento nº 44/2017, de iniciativa da Deputada Maria do Rosário.
- 3) **Subcomissão Permanente** para tratar sobre o direito humano à alimentação adequada". Requerimento nº 61/17, de iniciativa do Deputado Padre João.
- 4) **Subcomissão Especial** de combate ao assassinato de policiais militares e demais agentes públicos de segurança no Brasil", destinada a acompanhar e apoiar as vítimas e familiares; discutir e oferecer soluções de combate aos crimes praticados contra os agentes públicos e suas famílias". Requerimento nº 99/2017, de iniciativa do Deputado Sóstenes.

Diligências realizadas em 2017

18 de abril: Brasília-DF

Com o objetivo de averiguar as condições do sistema penitenciário do Distrito Federal, a CDHM realizou uma diligência ao Complexo Penitenciário da Papuda, o maior da capital federal. A visita foi motivada por denúncias à CDHM analisadas pela vice-presidenta da CDHM, deputada Erika Kokay (PT-DF). Entre as situações denunciadas, estavam o inchaço das penitenciárias do DF, quantidade insuficiente de agentes penitenciários, privação de atendimentos essenciais de saúde, escoltas judiciárias, saídas para enterro de familiares e privação do direito ao banho de sol, além de más condições estruturais dos presídios.

27/28 de abril: Colniza- Mato Grosso

Uma comitiva de quatro deputados foi a Colniza (MT) apurar a chacina de nove trabalhadores rurais da comunidade de Taquaruçu do Norte, área rural do município. A missão teve a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), presidida pelo deputado Paulão (PT-AL), e contou com a participação dos deputados João Daniel (PT-SE), Nilto Tatto (PT-SP) e Ságua Moraes (PT-MT).

05/09 de maio: Genebra- Suíça

A CDHM, representada pelo seu presidente, deputado Paulão (PT-AL) realizou missão a Genebra, na Suíça, para participar de reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na ocasião, o governo brasileiro apresentou seu relatório para a RPU (Revisão Periódica Universal), instrumento que a cada quatro anos e meio avalia a situação dos Direitos Humanos no país. Paulão se reuniu com organizações da sociedade civil e analistas internacionais para apresentar uma contribuição alternativa produzida pela CDHM, que levou em conta as avaliações da Comissão com base nas denúncias apuradas nos últimos anos e num compilado das ameaças legislativas aos Direitos Humanos em tramitação no Congresso Nacional. Essas contribuições haviam sido enviadas ao Governo Federal para inclusão na RPU, porém não foram consideradas na versão final.

10 de maio: Goiânia- Goiás

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), participou de audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que discutiu a atuação das forças de segurança e o direito à manifestação. A audiência debateu o caso emblemático de violência sofrido pelo estudante de ciências sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mateus Ferreira, que encontrava-se internado em estado grave no Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO). Mateus foi agredido por um capitão da polícia militar que lhe afundou o crânio com um cassetete. O fato, ocorrido no dia 28 de abril durante manifestações da Greve Geral contra as reformas trabalhista e da previdência do governo de Michel Temer, chocou o país.

11/13 de maio: Viana- Maranhão

A CDHM promoveu uma diligência ao Maranhão para apurar os ataques aos índios da tribo Gamela, que resultaram em 22 índios feridos por balas e golpes de facão, sendo que alguns deles tiveram seus membros decepados. A comitiva foi liderada pelo presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), e contou com a participação dos deputados federais Eliziane Gama (PPS-MA) e Zé Carlos (PT-MA), além de assessores técnicos da Comissão.

15 de maio: Maceió- Alagoas

Constituir uma rede de proteção e defesa dos direitos humanos no País, com a ajuda dos conselhos estaduais e instituições democráticas como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades brasileiras foi uma das propostas de consenso tirada em debate promovido pela CDHM na sede da OAB-AL. O evento contou com representantes da sociedade civil organizada, professores da Universidade Federal de Alagoas, do Conselho Federal da OAB além de servidores públicos que militam no segmento.

19 de maio: Xanxerê- Paraná

A diligência tratou da situação da Fazenda Chapecozinho 2, área do INCRA adquirida por uma empresa rural que se mantém inadimplente há mais de 30 anos. As famílias que ocuparam o local lutam para que seja cumprida a função social da área, destinando-

a à reforma agrária. Foram convidados para a diligência representantes do Incra, da Ouvidoria Agrária, da Defensoria Pública da União, o prefeito de Xanxerê, o prefeito de Faxinal dos Guedes, outro município que abarca a área da Chapecozinho 2, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Via Campesina. No dia anterior, 18 de maio, foi com grande satisfação que a CDHM recebeu a notícia da revogação da prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória de sete presos políticos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), encarcerados em presídios daquele mesmo estado. Desde a prisão dos militantes no Paraná, a Comissão atuou na mediação da questão: em novembro de 2016, parlamentares do colegiado realizaram uma diligência de visita dos presos e ao acampamento Dom Tomas Balduino, onde estão os camponeses que ocuparam as terras griladas, e participaram de reunião com a juíza responsável pelo caso, apontando que as prisões eram parte da estratégia de criminalização dos movimentos sociais. Em janeiro de 2017, a assessoria técnica da CDHM oficiou as autoridades judiciárias para garantir a diplomação de um dos militantes que fora eleito vereador, o que lhe garantiu assumir o mandato assim que foi libertado.

6/7 de julho: Rio de Janeiro-RJ

A CDHM realizou nos dias 6 e 7 de julho uma das três diligências previstas para apurar e levantar subsídios para um bom debate no Congresso Nacional sobre o extermínio da juventude negra, tema que atinge fortemente as grandes cidades, mas que está muito distante de ser prioridade nas discussões na Câmara. A iniciativa da diligência partiu do presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), que liderou a comitiva ao lado da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e do deputado Wadih Damous (PT-RJ). Um dos momentos mais marcantes da agenda foi a visita ao jovem Rafael Braga, único preso por acusações relativas às manifestações de junho de 2013 e condenado por supostamente utilizar uma garrafa de Pinho Sol para fabricar um coquetel Molotov.

24/25 de agosto: Maceió-Alagoas

A CDHM promoveu uma série de agendas em Maceió para ouvir a população alagoana, desde estudantes até familiares de vítimas, com o objetivo de debater e pensar iniciativas de redução do número de jovens pobres mortos em Alagoas. A agenda em Alagoas é a segunda de três missões oficiais da Câmara dos Deputados previstas para ocorrer em 2017 que colherão subsídios para análise dos parlamentares e assessores técnicos da CDHM sobre a violência contra a juventude, em especial negros e pobres.

14/15 de setembro: São Paulo-SP

A CDHM e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizaram uma diligência ao município de São Paulo para apurar denúncias de violações de Direitos Humanos contra populações em situação de rua e que vivem em ocupações na capital paulista. As reuniões de escuta das violações foram fruto de denúncias recebidas pelas duas comissões e que motivaram requerimentos em ambos os colegiados, assinados pelo deputado Paulão (PT-AL), na Câmara, e pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), integrante da CDH do Senado. A CDHM organizou, ainda, reuniões de trabalho para tratar de temas ligados à segurança pública, como uma conversa com o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Smanio, e com pesquisadores ligados ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

6 de outubro: Belém-Pará

Paulão (PT-AL) viajou ao Pará para uma série de reuniões com autoridades do estado que visam encaminhar soluções à escalada de homicídios de trabalhadores e lideranças rurais. Em consequência da diligência, foi criado um grupo de trabalho reunindo a CDHM e a autoridades do poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário do Pará para pensar, planejar, implementar e acompanhar medidas que resolvam os ataques a trabalhadores rurais no Estado, muitos deles fatais. A iniciativa é fruto de reunião entre Paulão e o governador do Pará, Simão Jatene, que contou com a participação dos deputados federais Beto Faro (PT-PA), Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) e Zé Geraldo (PT-PA), além do deputado estadual Carlos Bordalo, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa paraense, e autoridades da área da Segurança Pública, assessores do governo estadual e de entidades da sociedade civil.

19/20 de outubro: Rio de Janeiro-RJ

A CDHM realizou diligência ao estado do Rio de Janeiro para averiguar denúncias de violações de Direitos Humanos por motivação religiosa e debateu com autoridades judiciárias a aplicabilidade da Súmula 70 do TJ-RJ, que considera a versão policial como suficiente para condenação em processos, suprimindo a necessidade de escuta das outras testemunhas e evidências. Nas agendas, o colegiado esteve representado pelo seu presidente, deputado Paulão (PT-AL), e pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

20/22 de novembro: Bruxelas- Bélgica

O deputado Paulão (PT-AL), presidente da CDHM, e a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), membro titular do mesmo colegiado, realizaram missão oficial à Bruxelas, na Bélgica, sede do Parlamento Europeu, denunciando aos eurodeputados as violações de Direitos Humanos contra os povos indígenas no Brasil. A ida dos deputados brasileiros ao Parlamento Europeu ocorreu um ano depois de diligência ao estado do Mato Grosso do Sul, quando os eurodeputados visitaram aldeias do povo Guarani-Kaiowá que sofrem genocídio por parte de grupos ligados a fazendeiros da região.

30 de novembro a 1 de dezembro: Maceió- Alagoas

A CDHM, presidida pelo deputado Paulão (PT-AL), promoveu missão oficial ao estado de Alagoas para a agenda “Direitos Humanos para Todos”, que debaterá situações denunciadas ao colegiado em 2017. Três temas estiveram em foco: a garantia de direitos das pessoas com doenças raras, o enfrentamento da violência contra LGBTs e escuta de representantes da população em situação de rua no Estado.

Manifestações da CDHM (notas públicas, moção de repúdio e de apoio e outras manifestações)

07/04: Presidente da CDHM repudia tentativa de censura contra professora de Santa Catarina.

A professora do curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Dra. Marilene de Fáveri, está sendo processada por uma ex-aluna. O motivo

da ação, de acordo com informações veiculadas na imprensa, seria a abordagem do feminismo em um curso oferecido pela docente. Segundo a estudante, os temas tratados na aula estariam a constrangendo na sua condição de “cristã e antifeminista”.

09/04: Presidente da CDHM anuncia abertura de procedimento para apurar ação armada contra sem-terras em MG.

A repressão, criminalização e atentados aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária tiveram mais um grave episódio quando jagunços atiraram sobre 300 trabalhadores sem-terra desarmados na sede da fazenda Norte América, no município de Capitão Eneias, em Minas Gerais. Segundo denúncias recebidas pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, tratou-se de uma emboscada. O administrador da fazenda marcou uma reunião e assim que os trabalhadores chegaram na cancela foram recebidos à bala. O suposto proprietário estaria dirigindo o carro de onde dez homens atiraram em homens, mulheres, grávidas e crianças.

09/05: Presidente da CDHM repudia condenação da ex-ministra Eleonora Menicucci por críticas ao ministro da Educação.

A ex-ministra Eleonora Menicucci foi condenada a pagar uma indenização de dez mil reais para Alexandre Frota. A sentença decorre da crítica que Menicucci fez ao Ministro da Educação, Mendonça Filho, por ter recebido o ator que, de acordo com ela, “não só assumiu ter estuprado uma mulher, mas também faz apologia ao estupro”.

18/05: Presidente da CDHM celebra libertação de sete presos políticos do MST

Recebi com muita satisfação a notícia da revogação da prisão preventiva e a concessão da liberdade provisória dos sete presos políticos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTST), encarcerados em presídios do estado do Paraná.

18/05: Presidente da CDHM conclama defensores de Direitos Humanos a somar esforços na luta antimanicomial.

O dia 18 de maio marca o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Esse movimento propõe um modelo de tratamento para pessoas em sofrimento mental que busca superar o longo histórico de desumanização e eugenia envolvido nessa área da saúde e propor alternativas à internação como medida prioritária.

24/05: CDHM questiona Dória, Alckmin e Procurador-Geral de Justiça sobre operação na Cracolândia.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), por meio do seu presidente, deputado Paulão (PT-AL), oficiou o prefeito de São Paulo, João Dória, o governador do estado, Geraldo Alckmin, e o procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio, a dar explicações sobre a operação realizada na região conhecida como Cracolândia, no centro da capital paulista. Dois episódios chamaram a atenção da CDHM: as imagens e relatos da truculência da ação, realizada com aparato de guerra e que apavorou a população que vive no Centro, e o tratamento dispensado aos usuários de drogas que habitam as ruas do entorno onde ocorreu a operação policial. Além disso, a denúncia recebida pela Comissão de que a Prefeitura autorizou a demolição de um imóvel com pessoas dentro, que provocou três feridos, constitui uma violação gravíssima de Direitos Humanos.

31/05: CDHM solicita investigação de agressão a estudante em escola de Maceió

A CDHM enviou ofício cobrando a apuração e tomada de providências ao governador de Alagoas, Renan Calheiros Filho, e ao Procurador-Geral de Justiça de Alagoas, Francisco Malaquias de Almeida Júnior, sobre as agressões que um policial militar fez a um aluno dentro da Escola Estadual Campos Teixeira, em Maceió. Denúncias recebidas pela CDHM, bem como vídeos que circulam nas redes sociais, mostram o agente agredindo o estudante com tapas, apertando o pescoço da vítima. O motivo da agressão, segundo testemunhas, foi porque o policial não gostou da forma como estava sendo olhado pelo jovem.

31/05: Nota de desagravo de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias à deputada Maria do Rosário

Na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, apresento nota de desagravo à deputada Maria do Rosário (PT-RS), membro deste colegiado, ex-ministra e militante ardorosa pela garantia e defesa dos Direitos Humanos, em face das declarações do apresentador Danilo Gentili, que em um vídeo publicado em suas redes sociais, rasgou uma notificação enviada pela referida parlamentar, colocando os papéis em seus órgãos genitais e proferindo xingamentos e ataques. “Diante do exposto, apresento esta nota de desagravo à deputada Maria do Rosário, com o objetivo de conscientizar a todas e todos que o respeito à dignidade humana deve estar acima de qualquer manifestação humorística ou crítica, sendo a defesa inconteste deste pressuposto um dos elementos basilares que constituem os Direitos Humanos”.

05/06: CDHM oficia Rodrigo Janot para apurar conduta de procurador de Justiça Sergio Harfouche

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), oficiou o procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Rodrigo Janot, para que apure a conduta do procurador de Justiça Sérgio Harfouche, que em reunião convocada de forma oficial com pais e responsáveis de alunos da rede municipal de Dourados, no Mato Grosso do Sul, teria feito discursos de ordem religiosa e contra a identidade de gênero.

06/06: CDHM abre procedimento para apurar rebelião em centro socioeducativo da Paraíba que resultou em sete jovens mortos

A CDHM, por meio do seu presidente, deputado Paulão (PT-AL), instaurou procedimento para apurar os fatos que resultaram na rebelião no Centro Socioeducativo Lar do Garoto Padre Otávio Santos, em Lagoa Seca (PB), que culminaram na morte de sete jovens e em vários outros feridos.

29/06: CDHM instaura procedimento de apuração do homicídio da travesti Carla, em Alagoas

O deputado Paulão (PT-AL), presidente da CDHM, encaminhou um ofício cobrando do secretário de Segurança Pública do estado de Alagoas, Coronel Lima Júnior, para que informe as providências quanto à apuração do homicídio da travesti Carla, que teria sido esfaqueada no último dia 25 de junho em Alagoas. De acordo com as denúncias, Carla foi abordada por quatro homens ao sair de um bar. Eles a teriam espancado e esfaqueado. A vítima ficou internada no Hospital Geral do Estado (HGE) e faleceu no

dia 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBTI. Se confirmado o crime com motivação transfóbica, será o nono assassinato por ódio contra LGBTIs no estado em 2017.

20/07: CDHM inicia monitoramento da investigação de morte de motorista no Distrito Federal

O motorista Luís Cláudio Rodrigues, de 48 anos, foi encontrado sem vida dentro da cela de uma delegacia em Sobradinho no último dia 15 de julho. A CDHM encaminhou expedientes ao Governador do Distrito Federal e ao seu Secretário de Segurança comunicando a instauração de procedimento de acompanhamento do caso.

21/08: Nota sobre o acompanhamento do estado de saúde de Rafael Braga

“Recebi hoje, por meio dos advogados de Rafael Braga e de militantes de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, um informe de que o jovem está internado desde a última quinta-feira (17.08) na Unidade de Pronto Atendimento e Hospital Dr. Hamilton Agostinho Vieira de Castro, localizada no Complexo Penitenciário de Gericinó, no Rio de Janeiro. A saúde de Rafael Braga já é motivo de acompanhamento da CDHM desde a diligência que realizamos no mês de julho ao Rio de Janeiro, ocasião em que o visitamos na companhia de seus advogados e de sua mãe. Na semana passada, conversei com o secretário de Administração Penitenciária e com o juiz coordenador da Vara de Execuções Penais acerca de questões como a saúde bucal de Rafael e uma tosse que persistia há mais de um ano, tendo sintomas que indicavam a suspeita de tuberculose, contraída dentro da penitenciária e que, segundo as informações que apuramos, é o motivo desta internação. O quadro de saúde de Rafael, por sinal, se insere no grave cenário de violações sistemáticas de Direitos Humanos contra o jovem, fruto de seletividade judiciária, arbitrariedade policial e racismo institucional (...)”

24/08: Presidente da CDHM saúda nova gestão da ABGLT

“A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) saúda a nova gestão da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) para o período de 2017-2021. Saudamos especialmente a presidenta Symmy Larrat pelo protagonismo que caracteriza a sua trajetória política, ocupando mais um espaço de grande importância para a população LGBT. A CDHM reafirma o compromisso com a defesa dos direitos humanos e da democracia, colocando-se à disposição para o enfrentamento da transfobia e homofobia que ainda persistem e impedem o acesso a direitos fundamentais”.

08/09: CDHM oficia governador e secretário de segurança do Mato Grosso para que apurem morte de liderança rural e seu marido

A CDHM oficiou o governador do Mato Grosso, Pedro Taques, e o secretário de segurança estadual, Rogers Elizandro Jarbas, para que informem o colegiado parlamentar sobre as providências que estão sendo tomadas para localizar os mandantes e executores do assassinato de Teresinha Rios Pedroza, militante histórica da agricultura familiar do Mato Grosso, e de seu marido, Aloisio da Silva Lara.

21/09: Presidente da CDHM manifesta preocupação com julgamento de réus por motivação política em SP

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), oficiou a juíza Cecília Pinheiro da Fonseca, Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de São Paulo – SP, manifestando preocupação com o julgamento de 18 réus por participação em protestos de cunho político contra o presidente da República Michel Temer. Este caso ganha contornos que requerem atenção uma vez que as prisões foram baseadas na infiltração de um agente das Forças Armadas entre os manifestantes, o que configura ilegalidade sem qualquer lastro na legislação brasileira que orienta a conduta dos oficiais.

28/09: Presidente da CDHM solicita a Carmen Lúcia que avalie conduta de juíza que prendeu arbitrariamente homem em calçada no RJ

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), enviou um ofício requisitando à presidenta do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, para apurar denúncias de abuso de autoridade da juíza Yedda Christina Ching-san Filizzola, do Plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. De acordo com as denúncias, registradas em vídeo, a juíza Yedda Christina Ching-san Filizzola teria dado voz de prisão a um cidadão que estava na calçada do prédio do Fórum, no Centro do Rio.

11/10: Presidente da CDHM alerta Raquel Dodge sobre intolerância religiosa e solicita informações do MP acerca do tema

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), oficiou a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para que informe quais providências o Ministério Público vem tomando sobre o quadro de aprofundamento da intolerância religiosa no país. A manifestação foi motivada pelo crescimento de denúncias recebidas pela CDHM de crime com motivação de intolerância religiosa.

26/10: Presidente da CDHM interpela Justiça paulista para que tome providências sobre declarações de Alexandre Frota

O presidente da CDHM, deputado Paulão, solicitou providências ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, quanto às declarações do ator Alexandre Frota em função da decisão judicial que deu vitória à ex-ministra Eleonora Menicucci em ação movida por ele. Frota publicou um vídeo nas redes sociais referindo-se de forma pejorativa ao colegiado do TJ-SP. O conteúdo teria sido gravado após decisão do Tribunal que absolveu a ex-Ministra Eleonora Menicucci em processo por danos morais movido por Alexandre Frota. O autor da ação se refere a juiz do colegiado como “um juiz ativista e integrante do movimento gay”. Ele alega ainda que “o juiz não julgou com a cabeça, julgou com a bunda”.

26/10: Presidente da CDHM instaura procedimento para acompanhar denúncia de jovem espancado pela polícia em MG

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), anunciou a abertura de procedimento para acompanhar denúncias recebidas pela Comissão de que Lucas Emanuel Souza Aguiar, de 22 anos, teria sido espancado e sequestrado por policiais militares, sendo retirado de dentro de casa e levado em um carro não identificado, no bairro Candelária, em Belo Horizonte (MG). Devido à gravidade das denúncias, que envolvem a ação de agentes do Estado, o deputado Paulão designou os deputados Adelmo Carneiro Leão e Padre João, ambos do PT de Minas Gerais e membros do colegiado parlamentar, para representar a Comissão e acompanhar os desdobramentos

do caso. Paulão encaminhou ofício requerendo informações e as providências tomadas ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, Sérgio Barbosa Menezes.

27/10: Presidente da CDHM pede providências ao governador do Rio de Janeiro sobre morte de policial militar

A CDHM, presidida pelo deputado Paulão (PT-AL), encaminhou ofício ao governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, solicitando que informe as providências tomadas na apuração do assassinato do policial militar Luiz Gustavo Lima Teixeira, que atuava no 3º Batalhão de Polícia Militar do Rio de Janeiro, no Méier. Segundo informações veiculadas na imprensa, o carro onde estava o policial foi alvejado com 17 tiros enquanto Luiz Fernando tentava conter um arrastão. “Solicitamos, ainda, informações sobre as políticas públicas de prevenção da violência contra os agentes da segurança pública”, diz o deputado Paulão no ofício.

13/11: Presidente da CDHM solicita que governo baiano apure e informe providências quanto ao homicídio de Felipe Doss

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), solicitou ao governador da Bahia, Rui Costa, e ao secretário de Segurança Pública do estado, Maurício Teles Barbosa, que informe com urgência as providências tomadas quanto ao assassinato do jovem Felipe Doss, militante do movimento negro, da luta LGBT e estudante. Segundo denúncias recebidas pelo colegiado parlamentar, Doss teria sido executado na noite da quinta-feira (09.11) com um tiro na cabeça, próximo a sua casa, em Salvador, capital da Bahia.

06/12: Presidente da CDHM repudia operação da PF contra professores da UFMG e anuncia ações

Ao longo de 2017, observamos um cenário de recrudescimento das violações de Direitos Humanos no Brasil, com ataques aos direitos individuais, sociais e coletivos em várias frentes. É sintomático que, no mesmo dia em que debatemos na CDHM os retrocessos nessa temática, a partir do diagnóstico de diversas entidades reconhecidas na luta pela garantia e preservação dos Direitos Humanos, recebemos a informação de mais uma gravíssima arbitrariedade praticada pela Polícia Federal contra professores da Universidade Federal de Minas Gerais. Batizada de Operação “Esperança Equilibrada”, numa afronta a um clássico da música brasileira que marcou a luta pela redemocratização do Brasil, a Polícia Federal cumpriu oito mandados de condução coercitiva e 11 de busca e apreensão para apurar o suposto desvio de verbas para a construção do Memorial da Anistia Política do Brasil. Entre os professores alvos de condução coercitiva estão o reitor da UFMG, Jaime Arturo Ramírez (foto), a vice-reitora, Sandra Regina Almeida, o ex-reitor Clélio Campolina, as ex-vice-reitoras Heloisa Starling, coordenadora do projeto ligado ao Memorial, e Rocksane de Carvalho, além de Alfredo Gontijo, presidente da Fundep. Na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, informo que oficiarei o ministro da Justiça, Torquato Jardim, para que nos responda os motivos que balizaram a Operação da PF e designei os deputados Patrus Ananias (PT-MG) e Padre João (PT-MG), membro deste colegiado, para que acompanhem o caso em nome da CDHM, adotando as providências que considerarem necessárias de acordo com as atribuições previstas pelo Regimento da Câmara dos Deputados a esta Comissão.

15/12: Presidente da CDHM considera mudanças na política de saúde mental como retrocessos

Foi com profunda inquietação que recebi a notícia divulgada pelos meios de comunicação acerca das mudanças na política de saúde mental no país. Considerada um avanço quando promulgada, a Lei nº 10216/2001 garantia os Direitos Humanos de pessoas com algum tipo de transtornos mentais. As mudanças aprovadas pela Comissão Intergestora Tripartite, liderada pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, afrontam os direitos humanos e a reforma psiquiátrica antimanicomial adotada no país, ao limitar os recursos para quem trabalha com a reinserção psicossocial de pessoas ao mesmo tempo que aumentam o custeio de hospitais psiquiátricos, remontando a uma época onde a política de saúde mental se resumia a “depósitos de pessoas”. Na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, me integro à luta travada por instituições e entidades como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), no sentido de denunciar que as mudanças anunciadas violam frontalmente os Direitos Humanos das pessoas com transtorno mental ao verem negado seu direito a tratamentos e serviços distintos da iniciativa de um quase “encarceramento” das pessoas com transtornos mentais nos hospitais psiquiátricos.

18/12: Presidente da CDHM sugere que Governo de Alagoas e Ministério da Justiça atuem para solucionar crimes em Batalha (AL)

A população do município de Batalha e região, em Alagoas, vive nesse momento uma situação de medo e insegurança após o assassinato do vereador Tony Carlos Silva Medeiros, conhecido como Tony Pretinho, morto a tiros em frente a sua casa. Diante do fato, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, tentei entrar em contato com o governador do Estado de Alagoas, Renan Calheiros Filho e mantive contato com o secretário do Gabinete Civil para sugerir ao governador que solicite ao Ministro da Justiça apoio nas investigações dos crimes, levando tranquilidade à região. Determinei que a assessoria técnica da CDHM oficie as autoridades responsáveis solicitando informações e requisitando as providências tomadas para a solução dos crimes.

19/12: CDHM instaura procedimento para acompanhar ameaças a sem-terra em Cabrália Paulista

A CDHM instaurou procedimento para apurar denúncias de que um fazendeiro e seus jagunços estão ameaçando de despejo forçado famílias que vivem no Acampamento Dom Tomás, às margens de uma estrada municipal em Cabrália Paulista (SP). As denúncias dão conta que um fazendeiro da região chegou com tratores e caminhões ameaçando passar por cima dos barracos das famílias acampadas, sem qualquer mediação com as autoridades. Além disso, várias lideranças foram ameaçadas de morte nos últimos meses, relatam as vítimas. O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL) oficiou o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Máximo Alves Barbosa Filho, e o procurador-geral de Justiça do Estado, Gianpaolo Poggio Smanio, no sentido de que apurem as informações e que remetam informações ao colegiado sobre os encaminhamentos e providências adotadas no sentido de resguardar a segurança dos envolvidos na situação. O deputado Nilto Tatto (PT-SP) também acompanha a situação, representando a CDHM.

21/12: Deputado Paulão cobra providências após mais um assassinato de pessoa em situação de rua: “Há um genocídio em Alagoas”

O presidente da CDHM, deputado Paulão (PT-AL), denunciou hoje que há um genocídio das pessoas em situação de rua no estado de Alagoas, após mais um caso de homicídio vir à tona, na madrugada do dia 21 de dezembro, de um homem conhecido como “Caroço”. Paulão oficiou o secretário estadual de Segurança Pública em exercício, Manoel Acácio Júnior, para que informe as providências tomadas acerca desse episódio, e que apresente também um relatório circunstanciado das investigações dos demais crimes de homicídios que tiveram como vítimas pessoas em situação de rua nos anos de 2015, 2016 e 2017. O pedido se baseia na denúncia dos representantes alagoanos do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), de que 40 pessoas que vivem nas ruas do Estado já foram mortas em 2017.

29/12: Presidente da CDHM pede providências ao MP sobre ataques de vereador à deputada Maria do Rosário

O presidente CDHM, deputado Paulão (PT-AL), oficiou o procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Marcelo Lemos Dornelles, para tomar providências sobre as incitações ao crime praticadas pelo vereador Clovis Bavaresco, do município de Taquari (RS), contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS), integrante da CDHM e ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Os ataques partiram após a deputada e seu marido serem vítimas de um assalto em frente à residência onde moram, em Porto Alegre.